

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 15
R\$ 7,00



Eugênio Bucci

Presidente da
Radiobrás/Agência Brasil

IBGE

Falta de verbas impede
realização de pesquisas

5º CBTIM

Evento congrega agentes
políticos de todo o País

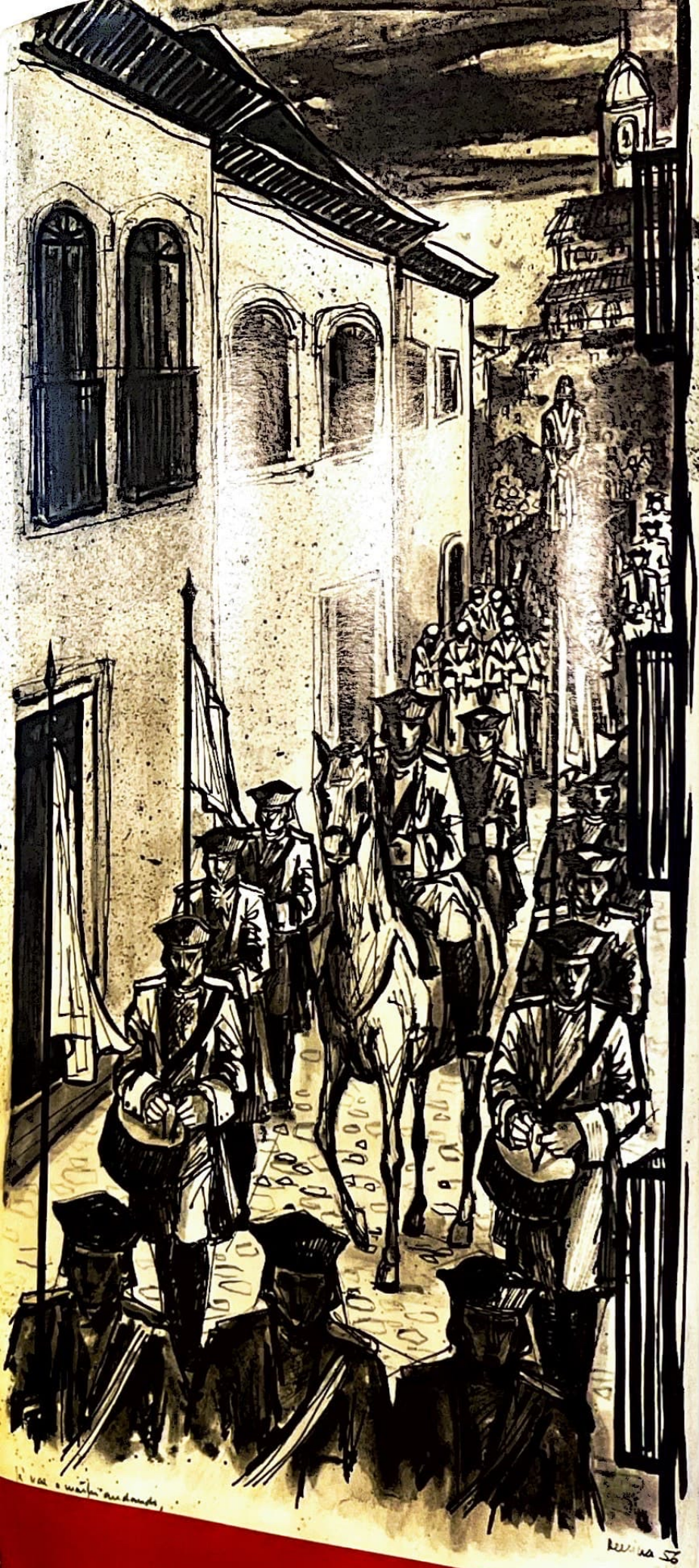
Eleições/2º Turno

Previsões confirmadas na Capital;
surpresas em outras localidades



Indaiatuba

Rota do desenvolvimento:
o progresso em oito anos



É fácil com

LANÇAMENTO

ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA
POR CECÍLIA MEIRELES



Cecília Meireles e Renina Katz: inesquecível.

ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA

Autora: Cecília Meireles

Desenhos: Renina Katz

Co-edição: Edusp/ Imprensa Oficial/ SP - 2004

R\$ 160,00

Uma obra poética sobre um dos mais emocionantes capítulos da História do Brasil: a busca da liberdade por um homem que foi contra um governo despótico e tirano, sem armas nem exército.

Romanceiro da Inconfidência por Cecília Meireles, com ilustrações marcantes de Renina Katz. Não perca essa emoção.

SAC **0800 1234 01**

imprensaoficial

CASA CIVIL



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

www.imprensaoficial.com.br/lojavirtual



Associação Paulista de Municípios

Av. Rebouças, 2.499
Jd. América - São Paulo - SP
CEP 05401-300
Fone/Fax: (0xx11) 3063-2225
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

MARCOS MONTI
Ex-Prefeito de São Manuel

VICES-PRESIDENTES

ANTONIO PALOCCI
Ex-Prefeito de Ribeirão Preto e
Ministro da Fazenda

JOÃO HERMANN NETO
Ex-Prefeito de Piracicaba e
Deputado Federal

ESTEVAM GALVÃO DE OLIVEIRA
Prefeito de Suzano

SECRETARIA MEMBROS DIRETORES

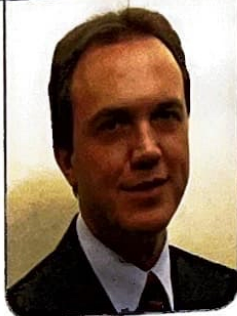
SECRETÁRIO
ANTONIO CESAR SIMÃO
Ex-Prefeito de Itapuí

Secretária-Executiva
DALIA CRISTOFOLLETTI PAES DA SILVA

Coordenador do Conselho
Técnico Multidisciplinar
ANTONIO SÉRGIO BAPTISTA

ERRATA: NA EDIÇÃO ANTERIOR PUBLICAMOS
EQUIVOCAMENTE O NOME DO PRESIDENTE
DA BOVESPA COMO SENDO FRANCISCO
MAGLIANO, SENDO O CORRETO RAYMUNDO
MAGLIANO FILHO.

Editorial



Municipalismo Sempre

Acabamos de atravessar mais um processo eleitoral, na escolha dos novos Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores em todo território nacional. Pode parecer redundante, porém não devemos esquecer que esse processo é um grande espetáculo da democracia brasileira.

Aqui em nosso Estado, podemos afirmar que houve uma grande renovação nas Prefeituras Municipais: apenas 30% dos prefeitos reelegeram-se, que não significa um baixo índice de reeleitos, pois muitos dos atuais conseguiram a reeleição em 2000 e não podiam mais disputar. Nas Câmaras Municipais sempre acontece renovação, porém o grande entrave ocorrido foi a diminuição do número de cadeiras devido à resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Nossa entidade é a legítima representante dos 645 municípios paulistas, e conseqüentemente é uma entidade suprapartidária, pois estamos na defesa dos interesses dos municípios, independente de cor partidária, pois municipalismo é a luta pelo bem comum da população que vive nas cidades.

Nesse sentido quero aqui chamar a atenção de todos aqueles que comungam deste ideal, desta luta, que é o municipalismo. Nós sabemos que sozinho ninguém consegue nada, é necessária a participação de todos.

A luta pelo municipalismo é constante, pois vivemos num mundo dinâmico que se altera a cada instante, por isso precisamos estar sempre atentos e vigilantes, para que os municípios

não fiquem para trás, nos seus pleitos e reivindicações.

Portanto, é necessária a união de todos aqueles que representam os municípios para que tenhamos êxito em nossa luta, para que não fiquemos sempre de pires na mão, dependendo constantemente dos recursos a fundo perdido dos governos federal e estadual.

Quando novos mandatos iniciam-se, vêm com eles a esperança e a vontade enorme que os problemas sejam solucionados, contudo o dia-a-dia às vezes ofusca essa trajetória, e outros assuntos tiram o foco da luta pela causa municipalista.

Nossa missão é sempre estarmos informando as lideranças municipais de tudo aquilo que está acontecendo no movimento municipalista, mais acima de tudo, nossa missão principal é manter acesa a chama do municipalismo dentro de cada um dos seus representantes.

Na vida municipalista, travamos muitas batalhas, umas ganhamos, outras perdemos, mas nunca desanimamos. Convido a todos para sempre estarem engajados no movimento municipalista, participando dos nossos eventos, das nossas lutas, participando efetivamente como sócios da APM, trazendo proposições, reivindicações, enfim praticando o verdadeiro municipalismo.

Municipalismo sempre!
A luta continua!

Marcos Monti
presidente da APM

Sumário

Eliandro Figueira



06 Entrevista

Eugênio Buci – presidente da Radiobrás e Agência Brasil

10 Indaiatuba

Na rota do desenvolvimento: oito anos de progresso

16 Educação

Mudanças no financiamento da educação, por César Callegari

22 Eleições/Segundo Turno

Previsões confirmadas na Capital; surpresas em outras localidades

24 MAPA

Em 2005, Piracicaba inaugura Pólo Nacional de Biocombustíveis

28 IBGE

Um retrato atualizado do País, por meio da PNAD/2003

33 TCE

Os novos cuidados com o ainda polêmico artigo 42 da LRF

38 De olho em Brasília

Falta de verbas impede realização de pesquisas

39 Artigo

Fernando Stein

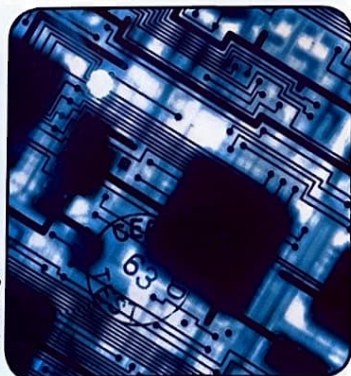
46 CBTIM

APM e CNM promovem 5º CBTIM

Divulgação



Tips&Images



FALE CONOSCO

REDAÇÃO

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

marcio@editorasegmento.com.br (publisher)

Cartas: Rua Ministro Sinélio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais

Tel.: (11) 3879-8220

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Agência na Municípios de São Paulo e fala diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8216

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

ASSINATURAS, RENOVACÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643

assinatura@editorasegmento.com.br

www.editorasegmento.com.br



CONSELHO EDITORIAL

Antonio Cesar Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETOR ADM.-FINANCEIRO: Andreas Rüttschilling
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios
A Revista do Desenvolvimento e da Cidadania

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Eliana Michi

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlina

DIAGRAMAÇÃO: Paola Carotenuto e Pedro Durigam

FOTOS: Agência Estado, Eliandro Figueira, Folhapress e Paulo Guimarães

CAPAS: Eliandro Figueira (Indaiatuba) e Tips&Images (Geral)

PRODUÇÃO GRÁFICA: Francisco Eugênio, Ivan Santana e Tiago Manga

CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE COMERCIAL: José Jones

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

MARKETING: Raquel Pires

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasília):

Singulare Publicidade

Magda Dias (61) 344-5181

brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento

Rua Ministro Sinélio Rocha, 150,

CEP 05030-000, São Paulo, SP

Tels.: (11) 3879-8200/8212

Fax: (11) 3879-8203

www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa oficial



ANER
www.aner.org.br

ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

Eugênio Bucci

Radiobrás atinge a modernidade



PAULO GUIMARÊS

Após décadas de sisudez a Radiobrás e seu programa de maior penetração - "A Voz do Brasil" - estão se tornando, aos poucos, mais atrativos

POR ELIANA MICHÉ

nicação Social Cásper Líbero e deu início a uma série de ações para tornar a austera Radiobrás, mais moderna e atuante.

Em entrevista à *Municípios de São Paulo*, Bucci conta as ações que já foram implantadas e os projetos que ainda pretende desenvolver.

Eugênio Bucci: "Orçamento em 2005 - R\$ 114 milhões"

Ao assumir a presidência da Radiobrás, em janeiro de 2003, o doutor em Ciências da Comunicação e advogado Eugênio Bucci, deixou para trás anos dedicados ao jornalismo em órgãos de imprensa como o *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *Quatro Rodas*, *Superinteressante* e *Set*. O autor de obras como *O peixe morre pela boca* e organizador de coletâneas, abriu mão também de sua função de professor de Ética Jornalística na Faculdade de Comu-

Quais as mudanças estruturais, funcionais, tecnológicas e de conteúdo implantadas na Radiobrás após a sua indicação para a presidência?

Foco do conteúdo jornalístico passou a ser o cidadão

Do ponto de vista legal e institucional, a Radiobrás não passou por mudança alguma. O que fizemos foi reorientar a cobertura, pondo como foco de todo o nosso conteúdo jornalístico o cidadão. Para tanto, realizamos um longo e profundo processo de planejamento envolvendo centenas de funcionários e a razão de ser da Radiobrás foi muito esclarecida. Todos os nossos veículos, bem como os nossos principais programas, têm hoje um plano editorial específico. Esses planos foram preparados com envolvimento das equipes. Os resultados vieram depois: restauramos a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, criamos o programa *Café com o Presidente*, reformulamos a *Voz do Brasil*, aumentamos radicalmente a quantidade de informações sobre o Poder Executivo na NBR [agência de notícias], e assim por diante.

5º CBTIM



Anuncie na **Edição Especial** sobre o 5º CBTIM

A única revista do
setor auditada pelo IVC
Tiragem: 20 mil exemplares

Tel.: 11 3879-8200/8216
publicidade@municipiosdesaopaulo



Que investimentos foram feitos e qual a verba para a Radiobrás no biênio 2004/2005?

O orçamento anual da Radiobrás gira em torno de R\$ 114 milhões [cento e quatorze milhões de reais]. Esse número deve se repetir de 2004 para 2005.

O que se pode esperar em termos de democratização da informação no governo Lula? Há uma censura prévia no repasse das notícias do governo?

Não há censura prévia, é claro que não. A censura é ilegal. Eu acredito que qualquer leitor, telespectador ou ouvinte da Radiobrás notou a pluralidade de fontes e de pontos de vista que começou a aparecer em nossos conteúdos. A informação da Radiobrás nunca foi tão plural, transparente e democrática.

Há investimentos destinados para os municípios brasileiros? Em caso positivo, em que nível? De que forma?

A Radiobrás não trata de investimentos para os municípios. Mas é, sim, do nosso interesse, ampliar a presença de correspondentes nos principais municípios. Aos poucos, no ritmo das nossas possibilidades, temos implementado esse nosso objetivo e aumentado o leque de profissionais atuantes.

A austera Voz do Brasil, carro-chefe da Radiobrás, mudou. Como e por

quem foram efetuadas as mudanças na estrutura e no conteúdo?

A mudança aconteceu do seguinte modo: Durante quatro meses, a equipe rediscutiu o planejamento editorial da Voz do Brasil. Uma vez pronto, esse plano foi aperfeiçoado em

As informações transmitidas são plurais, transparentes e democráticas

seminários internos. Depois de aprovado o plano pela diretoria da Radiobrás, nós renovamos a equipe, o estilo de apresentação, as vinhetas sonoras, tudo. Esse processo de rejuvenescimento e de elevação do tom jornalístico vai prosseguir.

Que outras modificações e em que nível foram implantadas pela sua administração?

São inúmeras. Por exemplo: nós criamos, em co-produção com a TV Cultura de São Paulo e a TV E [TV Educativa], um programa chamado Diálogo Brasil, que é exibido toda quarta-feira, às 22h30, por toda a Rede Pública do Brasil. Trata-se de uma inovação relevante. É a primeira vez que um programa da rede pública é gerado por Brasília. Trata-se de

um programa plural, de bom nível, que permite aprofundar temas de interesse público. O nosso rádio é muito mais dinâmico. Abrimos uma emissora que tem quatro horas de programação diária, em ondas curtas, para a África. Vários programas novos estão na nossa grade. Um deles, o Nossa América, divulga a música latino-americana na FM de Brasília. Há muitas novidades, de muitos níveis.

Os recursos disponíveis pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por meio do programa Pró-Mídia, são usados pela iniciativa privada. O presidente da Fundação Padre Anchieta, Marcos Mendonça, afirmou que a principal rede pública do País, não vai se furtar a este direito. E a Radiobrás/Agência Brasil terá o mesmo procedimento?

Nós [Radiobrás/Agência Brasil], somos uma empresa pública de direito privado, cujas ações, integralmente, pertencem ao Estado [o único acionista da empresa é o governo Federal]. A nossa condição em relação à Fundação Padre Anchieta, é completamente diferente. Todos os nossos recursos e subsídios vêm, direta ou indiretamente, do Estado. Por isso não é apropriado pleitearmos, ao menos por agora, um apoio junto ao BNDES na mesma linha do que se cogita realizar para as empresas privadas de comunicação.

vivo

COMEMORA 25 MILHÕES DE CLIENTES E LANÇA NOVOS SERVIÇOS

A VIVO, maior prestadora de serviços de telecomunicações móveis do Hemisfério Sul, chega a marca dos 25 milhões de clientes e apresenta novidades em telefonia celular. Serviços de Terceira Geração, com aplicativos de transmissão de dados de alta performance; sistema inédito de localização pelo celular e por GPS e apresentação da evolução de serviços multimídia para a rede CDMA de telefonia celular.

Trazendo as inovações do CDMA ao Brasil, tecnologia utilizada nos países mais desenvolvidos do mundo, a VIVO implanta a tecnologia EV-DO (Evolution Data Optimized). Evolução das tecnologias CDMA one e CDMA2000 1x, o sistema suporta serviços de Terceira Geração com transmissão de dados e voz em alta performance, a partir de terminais móveis e cartão *modem* PCMCIA, com velocidade de até 2,4 Mbps. Nesta tecnologia a VIVO apresenta serviços 3G de transmissão de dados, como o VIVO Zap 3G e o Vídeo 3G.

Outro destaque é o lançamento do VIVO Encontra, serviço inédito de localização por meio do celular, compatível com a rede CDMA2000 1x e com a tecnologia *gpsOne*, da Qualcomm; sistema de alta precisão – entre cinco e 50 metros – que utiliza informações dos satélites GPS e da triangulação de Estações Rádio Base (ERBs). Inicialmente o VIVO Encontra estará disponível em São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro do conceito VIVO Encontra a VIVO lança três aplicativos. O VIVO Localiza permite que o usuário receba informações por meio do celular da posição geográfica de outros usuários de celular, que tenham permitido a ação. No VIVO Aqui Perto, o usuário poderá procurar estabelecimentos comerciais por proximidade, categoria e nome. No VIVO Onde Estou? o usuário pode checar sua posição exata pelo próprio aparelho, por meio de texto e mapa.

Dentre os novos lançamentos da VIVO para redes CDMA e CDMA2000 1x, está o VIVO Zap+; serviço de compressão de dados que funciona como acelerador de velocidades nestas

redes. Isto significa níveis de até 28 kbps na rede CDMA e até 230 kbps na rede CDMA2000 1x. Para usufruir do VIVO Zap+, o usuário deverá acessar www.vivo.com.br/vivozap e fazer *download* do *software* do serviço, conforme instruções, para seu *notebook*.

Para atender às necessidades dos clientes corporativos a VIVO lança mais quatro serviços: VIVO Escritório Móvel – PDA, disponível em toda a área de cobertura CDMA da VIVO, que possibilita o sincronismo *wireless* de *e-mails*, contatos, agenda de compromissos e tarefas do seu *Lotus Notes* ou do *Microsoft Outlook*, para PDA CDMA2000 1x da VIVO. VIVO Pesquisa, serviço de coleta e compilação de dados, com disponibilização de resultados de pesquisa em tempo real, por meio de celulares e PDAs. Já o VIVO Segurança é um serviço de vídeo *streaming* no celular para monitoramento de ambientes, em tempo real, por meio de integração de câmeras conectadas à central de segurança de empresas. E o VIVO Direto, serviço de conexão rápida entre celulares, ao toque de um botão. Para uma comunicação ágil e eficaz, este serviço tem funcionamento semelhante ao sistema de rádio, mas com o benefício da cobertura abrangente da VIVO e da maior qualidade de voz e sinal. Trata-se de um serviço de comunicação vocal instantâneo entre duas ou mais pessoas, de grande interesse para o mercado empresarial.



A TECNOLOGIA DO FUTURO.
A TECNOLOGIA DA VIVO.

Rota do desenvolvimento: o progresso em oito anos

Com menos de três meses para o término de seu mandato, prefeito Reinaldo Nogueira prova que é possível fazer a cidade prosperar em oito anos de administração municipal

POR ALEX MATTIUZZO

Como fazer uma cidade prosperar em menos de oito anos num País onde tudo leva muito tempo para ser concretizado? O desafio parece ser grande, mas Indaiatuba prova que exceções existem de verdade. Isso porque a cidade atinge hoje um nível de qualidade de vida bem acima dos padrões brasileiros, admirado e almejado por outras cidades. Mas qual é a fórmula correta para se atingir o desenvolvimento sem arcar com o ônus do crescimento, como ocorre nas grandes metrópoles nacionais?

Parece complicado à primeira vista, mas o processo pela busca da prosperidade é simples, porém exige trabalho, dedicação e preocupação com o bem-estar coletivo. Indaiatuba, há muito tempo, está na rota do desenvolvimento, mas atinge seu ápice na atualidade, de-

pois de colher os frutos de dois mandatos consecutivos do prefeito Reinaldo Nogueira (PDT). Sucessivos investimentos, principalmente nas áreas de educação e saúde, contribuíram para que a cidade criasse uma infra-estrutura voltada para o crescimento organizado. Grande parte das cidades do Brasil convive hoje com os problemas causados pelo desenvolvimento,

Prefeitura economiza R\$ 70 mil mensais com nova sede

como a violência, o desemprego e as favelas, entre outros aspectos negativos. "Em Indaiatuba, com uma população perto dos 200 mil habitantes, a maioria desses problemas é inexistente ou ocorre em número relativamente menor. Isso porque a prefeitura, preocupada com a qualidade de vida da população, investiu na conclusão do Plano Diretor, que estabelece normas para o crescimento sustentado e ordenado da cidade. A cidade também possui uma lei específica de ocupação de solo e um novo código de obras, que diz respeito à apropriação e o uso do solo local", enfatiza o prefeito. A atenção da atual administração municipal em relação a investimentos nas áreas econômica, so-

Fotos: Eliandro Figueira



Vista aérea do município

cial e política contribuíram para que Indaiatuba prosperasse. Além de todos esses benefícios, a cidade é privilegiada também pela sua posição geográfica. Localizada na Região Metropolitana de Campinas, a menos de cem quilômetros de São Paulo, 19 de Campinas e dez do Aeroporto Internacional de Viracopos, o município apresenta malha viária que facilita o trabalho das empresas além de possuir uma boa rede hoteleira e passar a investir no turismo local, principalmente o rural.

nheiro Fábio Roberto Barnabé, às margens do Parque Ecológico, o Paço Municipal chama atenção pela fachada, com estilo futurista e vidros temperados na cor azul. O prédio foi edificado numa área de 44 mil metros quadrados. Com 7,8 mil metros quadrados de área construída, o edifício tem, no pavimento inferior, um vão livre de aproximadamente quatro mil metros quadrados, preenchido com divisórias, onde estão instaladas a maioria das secretarias municipais, exceto a de Cultura e a de Esportes, Lazer e Turismo,

que permanecem em prédios que já pertencem à municipalidade. A primeira está instalada no Casarão Pau Preto e a outra, no Ginásio Municipal de Esportes. Ambas não pagam aluguel e estão próximas de suas respectivas áreas de atuação.

O hall de entrada tem uma fonte em frente

à escada, que dá acesso ao piso superior. No térreo, além das secretarias, o Paço abriga uma cantina, um posto de atendimento bancário e uma livraria. O piso do prédio é revestido em granito e abriga todos os pontos de energia para telefones, computadores e internet. O local ainda conta com um refeitório, servido por uma central de gás e um jardim.

Um anfiteatro com capacidade para 350 pessoas também está localizado no pavimento inferior. O local, todo acarpetado e revestido de ma-

deira nobre, possui equipamentos de som de última geração. Em frente à porta do anfiteatro, tem um espaço destinado a exposições e *vernissages*, com destaque para a pintura especial da parede.

O andar superior abriga as secretarias municipais de Administração, Governo e dos Negócios Jurídicos, a Assessoria de Comunicação Social e o gabinete do prefeito. A sala ocupada por Reinaldo Nogueira tem acesso a um jardim de inverno, a um corredor privativo e a duas salas de reuniões.

A prefeitura ainda possui um estacionamento, com 5,8 mil metros quadrados e uma novidade: o primeiro heliponto do município, um espaço com 200 metros quadrados reservado para pouso e decolagem de helicópteros. Um elevador hidráulico auxilia as pessoas portadoras de deficiências no acesso ao piso superior. Os deficientes também dispõem de rampas e estacionamentos diferenciados.

Investimento

Idealizada pelo prefeito Reinaldo Nogueira, a nova prefeitura foi construída pelo Seprev (Serviço de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Indaiatuba), com a aprovação da Câmara Municipal. A obra custou cerca de R\$ 7,5 milhões e foi vendida à municipalidade para ser paga em dez anos, em parcelas mensais. O empreendimento valorizou 90% dos 20 alqueires localizados em torno da nova sede do Executivo, pertencentes ao Seprev, autarquia que detém,



**Novo Paço Municipal
inaugurado em 2002**

Prefeitura: o cartão postal da modernidade

Sem dúvida, a nova prefeitura, inaugurada em 30 de setembro de 2002, no Jardim Esplanada 2, é marco de todo esse progresso que ocorreu em menos de uma década na cidade. Cartão-postal e símbolo de modernidade, a obra retrata o ritmo acelerado que Indaiatuba cresceu e se desenvolveu em quase oito anos, sob a administração de Reinaldo Nogueira.

Localizada na Avenida Enge-

hoje, patrimônio avaliado em R\$ 70 milhões.

“A mudança para o novo Paço Municipal tem gerado uma economia mensal da ordem de R\$ 70 mil ao Executivo. Apenas como inquilina de vários imóveis particulares, onde ficavam instaladas várias secretarias municipais, a Prefeitura desembolsava cerca de R\$ 50 mil por mês. Os demais gastos eram relacionados à energia elétrica, água e combustível que os funcionários públicos gastavam para se movimentar de uma secretaria a outra. Além disso, a centralização facilitou o atendimento à população e propiciou melhor controle e agilidade nos serviços prestados pelos funcionários municipais, concentrados em um só local”, explica Nogueira.

Qualidade de ensino é prioridade

Um dos fatores que marcam a administração de Reinaldo Nogueira em Indaiatuba é o sistema educacional de qualidade. Na cidade, existem vagas para todas as crianças de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. A Prefeitura mantém ainda 15 creches, 22 escolas municipais de Educação Infantil (Emeis) e 18 escolas municipais de Ensino Fundamental (Emefs). A cidade também tem, além de três faculdades, a Escola Ambiental Bosque do Saber, um centro metadisciplinar de capacitação de professores e alunos, o Cepin (Centro de Educação Profissional de Indaiatuba), que oferece cursos técnicos para a população, e o novo Centro Integrado de Apoio

à Educação de Indaiatuba (Ciaei), obra orçada em R\$ 5,5 milhões, com toda infra-estrutura para o setor pedagógico e um teatro com capacidade para 800 pessoas, que será inaugurado no final deste ano.

Na área de educação, a principal iniciativa de Reinaldo foi encarar o desafio de municipalizar o en-

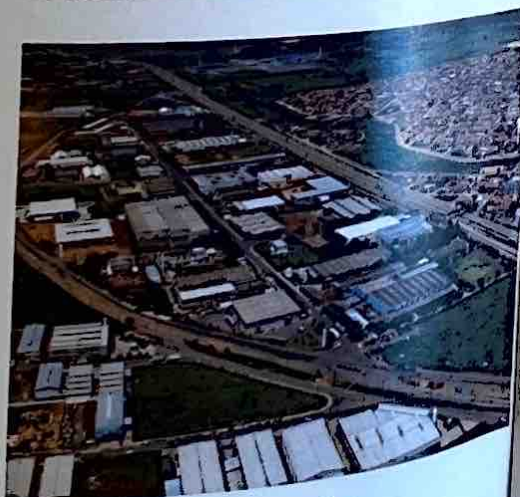
**Setor
educacional
cresceu 240%
durante atual
administração**

sino fundamental logo em 1997. Indaiatuba foi uma das primeiras cidades que cumpriu as mudanças da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A iniciativa, ousada num primeiro momento, se tornou um marco da atual administração municipal. A partir de então, a Prefeitura se encarregou de obrigações como construção de escolas, fornecimento de merenda e transporte escolar, além de uma série de projetos para cumprir a legislação federal e contribuir para que o ensino fosse realmente democratizado. Todo esse processo ocorreu tendo em vista a preocupação com a qualidade de ensino, uma das prioridades do Poder Executivo local. “A medida que o controle da educação básica deixava de ser responsabilidade do governo do Estado e passava para a prefeitura de Indaiatuba, outras iniciativas

foram necessárias para o gerenciamento desse processo. Houve aumento real da oferta de vagas e surgiu a necessidade de promover concursos públicos para admissão de professores e substitutos, especialistas, secretários, oficiais de escola, inspetores de alunos, serventes e auxiliares para prover a escola e suas necessidades. Criamos somente na Educação mais de mil empregos”, festeja Reinaldo. A secretaria municipal de Educação (Seme) percebeu então a importância de valorizar seus profissionais e passou também a investir também na formação e capacitação dos funcionários, principalmente os professores, responsáveis pela manutenção da qualidade de ensino. A valorização dessa parcela do funcionalismo público começou em 1998, com a primeira reestruturação de cargos e salários feita em julho pela atual administração.

Crescimento

Menos de oito anos após a municipalização do ensino, o crescimento de alunos na Rede Municipal de



**Distrito Industrial hoje
com 650 empresas**

Ensino chegou a 240%. Em 1997, o número total de alunos era de 4.680. Hoje são 15.911 alunos. Esse aumento obrigou Indaiatuba a investir numa grande estrutura, que conta hoje com 55 unidades escolares. A Seme ainda mantém cinco pólos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e uma unidade para o Programa de Apoio à Educação Especial (Pae), destinado ao atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais (física, auditiva, visual e mental). "Todas as escolas de Ensino Fundamental oferecem aulas de reforço para seus alunos. O processo de inclusão de crianças portadoras de deficiência ocorre em 15 unidades escolares da rede, além do ensino da linguagem de sinais a todos os alunos da rede municipal", ressalta Nogueira.

A atual administração construiu 35 novas escolas entre 1997 e 2004, sem contar a edificação do Cepin, a Escola Ambiental Bosque do Saber e o novo Centro Integrado de Apoio à Educação de Indaiatuba, obra orçada em R\$ 5,5 milhões,

prevista para ser concluída no final deste ano.

Na cidade, saúde tem remédio

Desde 1998, quando a Gestão Plena permitiu que Indaiatuba gerenciasse todos os recursos repassados pelo governo do Estado e pelo Fundo Nacional de Saúde, a prefeitura teve condições de ampliar a oferta de serviços de saúde na rede pública. Aplicando também recursos próprios, a cidade conseguiu provar literalmente que "a saúde tem remédio". Isso porque a administração municipal, nos últimos sete anos, transformou responsabilidade no atendimento à população em capacidade de oferecer melhores condições para todos os usuários da saúde pública municipal.

A prefeitura sempre se empenhou para colocar em ação projetos e programas preventivos que visam a melhoria das condições de saúde da população. Entre eles, destaca-se o acesso gratuito a medicamentos. A Farmácia Central Unificada

da secretaria de Saúde é o setor responsável pela distribuição de remédios para todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e também para os pacientes que procuram pelo serviço. A unidade atende, em média, 800 pessoas por dia e cerca de 16 mil por mês, que necessitam de medicamentos de custos mais baixos, como antidepressivos, analgésicos, antiparasitários, antiinflamatórios, antibióticos e os utilizados para tratamento de

**650 empresas
geraram
mais de 40
mil novos
empregos**

diabetes e hipertensão. "São 119 itens de medicamentos padronizados, 54 fornecidos pelo Estado (Programa Dose Certa) e pelo ministério da Saúde. Os demais remédios são adquiridos pela própria Prefeitura", contabiliza o prefeito.

Outro programa que destaca o trabalho da prefeitura de Indaiatuba na área de saúde é o Nascer Bem. Implantado em maio de 1998, tem como objetivo a redução do índice de mortalidade infantil no município em menores de um ano. O programa consiste no acompanhamento da criança, ainda na maternidade, até os dois primeiros anos de vida. O Nascer Bem inclui a vacinação do bebê com a BCG (contra tuberculose)



Educação municipalizada e reestruturada desde 1997

e a primeira dose de hepatite tipo B, ainda na maternidade.

“Desde a implantação do Nascer Bem, nasceram 13.211 crianças. Em 1998, nasceram 2.617 crianças e 77 morreram antes de completar um ano, totalizando um percentual de 29,7% por mil nascidos vivos. Já em 2003, foram 2.455 nascimentos e 29 morreram antes de completar um ano, totalizando 11,81%, o que representa uma redução de 18,89% se comparado ao primeiro ano do programa, salvamos muitas crianças e essa é a minha grande recompensa”, diz Reinaldo.

Atendimento

O Programa Saúde da Família surgiu no Brasil no início da década de 1990 e tem como objetivo oferecer e ampliar o atendimento médico às famílias, dando maior ênfase às ações de prevenção. Dentro do PSF, as famílias são cadastradas e atendidas de maneira diferenciada dentro da Unidade Básica de Saúde, por uma equipe composta de médico clínico geral, enfermeira, duas técnicas de enfermagem e quatro agentes de saúde, responsáveis pelo trabalho direto com a comunidade. Os agentes visitam as famílias e são responsáveis por detectar problemas e riscos à saúde. Eles



Farmácia Central Unificada distribui medicamentos

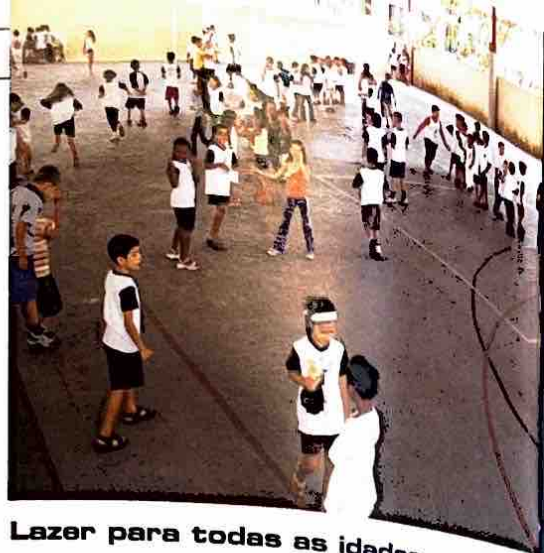
têm papel de extrema importância na estratégia, pois são os elos de ligação entre a Unidade de Saúde e a comunidade. Indaiatuba conta atualmente com oito equipes de Programa de Saúde da Família: Jardim Brasil, Jardim Carlos Aldrovandi, Parque Residencial Indaiá, Jardim Oliveira Camargo, Jardim Itamaracá, Jardim do Sol e duas unidades no Jardim Morada do Sol. Cada pólo atendido tem cerca de mil famílias cadastradas. As unidades do PSF desenvolvem ações voltadas à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto e idoso. Essas ações

**Progresso foi
alavancado
sem perda
da qualidade
de vida**

contemplam, além das atividades assistenciais tradicionais (consultas médicas, exames e encaminhamentos), as atividades de promoção e prevenção à saúde.

Na rota do desenvolvimento

O processo de industrialização, também tem sua parcela no desenvolvimento de Indaiatuba, pois culminou na sua expansão e nas grandes transformações. É por meio do incentivo às empresas, das constantes melhorias em seu parque industrial e dos benefícios para a população que o progresso da cidade foi alavancado, sem que



Lazer para todas as idades

houvesse perda da qualidade de vida dos munícipes.

Essa história pode ser contada quando o prefeito Reinaldo Nogueira assumiu a administração municipal em 1997. Desde então, uma série de iniciativas foram tomadas com o único objetivo de atrair empresas para a cidade. Esse trabalho propicia a geração de novos empregos diretos e indiretos para a população e o aumento da arrecadação de impostos, verba que a Prefeitura investe em melhorias para Indaiatuba. O Distrito Industrial da cidade concentra hoje mais de 650 empresas e recebeu cerca de US\$ 800 milhões da iniciativa privada em investimentos. Em contrapartida, a prefeitura promove melhorias constantes nos quatro loteamentos já destinados ao setor industrial. Mais dois loteamentos e um condomínio industrial serão inaugurados nessa área, com infraestrutura para novas empresas. “Com essa estrutura e os incentivos fiscais oferecidos aos empresários, criamos em nossa cidade mais de 18 mil empregos diretos e cerca de 25 mil indiretos. O município tem hoje um dos menores índices de desemprego da RMC e amplas vantagens para os que queiram investir nele”, conclui Nogueira.



Soluções de Produtos e Serviços para o Poder Público.

A gestão financeira dos governos precisa ser feita com controle e planejamento. Para isso ficar mais fácil, procure o Bradesco. O Bradesco é o maior Banco privado do País, presente em quase todos os municípios (com Agência, Banco Postal ou Correspondente Bancário). É um Banco que tem, à sua disposição, tecnologia e experiência em produtos e serviços voltados para o Poder Público. São soluções de pagamentos, recebimentos e administrativas, para facilitar o seu dia-a-dia. Isso, sem falar nos nossos Gerentes Especializados, que entendem as necessidades de um Órgão Público. Para mais informações, entre no site www.bradescopoderpublico.com.br ou procure uma Agência Bradesco.



www.bradescopoderpublico.com.br



Bradesco

Colocando você sempre à frente.

Mudanças no financiamento no setor da educação

Fundef deve ser substituído, em 2005, pelo Fundeb. As contribuições ficarão a cargo dos municípios e do Estado

CÉSAR CALLEGARI*

Educação não é gasto, é investimento. É com esta visão que muitos prefeitos em todo o Brasil assumem seus mandatos em 1º de janeiro. Entretanto, para honrar seus compromissos com esse setor, os dirigentes municipais iniciam seus mandatos cercados de incertezas quanto aos recursos disponíveis para pagar professores, construir ou manter escolas, transportar alunos, etc. É que o Governo Federal prepara uma substancial mudança nas regras do financiamento que trará impactos importantes em todos os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica. A idéia é substituir o atual Fundef pelo Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Como se sabe, o Fundef foi criado em 1996 com a aprovação da Emenda 14 à Constituição Federal. Fundef é a abreviatura usada para designar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Trata-se de um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual e abrangendo todos os Estados brasileiros, mais o Distrito Federal e que, no âmbito de cada

Estado, compreende os governos em níveis estadual e municipal. No Estado de São Paulo, a previsão é que em 2005 o Fundef atinja a marca de R\$ 8,2 bilhões, formado com a contribuição obrigatória de todos os municípios e do governo do Estado. Pela lei, todos destinam ao Fundef 15% das suas receitas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), FPM/FPE (Fundo de Participação dos Municípios/Fundo de Participação

Fundef já teria atingido seus principais objetivos, em oito anos

dos Estados), IPI-Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados-Exportação) e Lei Kandir. Os recursos reunidos nesse Fundo, são distribuídos entre os Municípios e o Estado, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino fundamental regular e educação especial. Nessa divisão, a previsão para o próximo ano



ARQUIVO/SEGMENTOMC

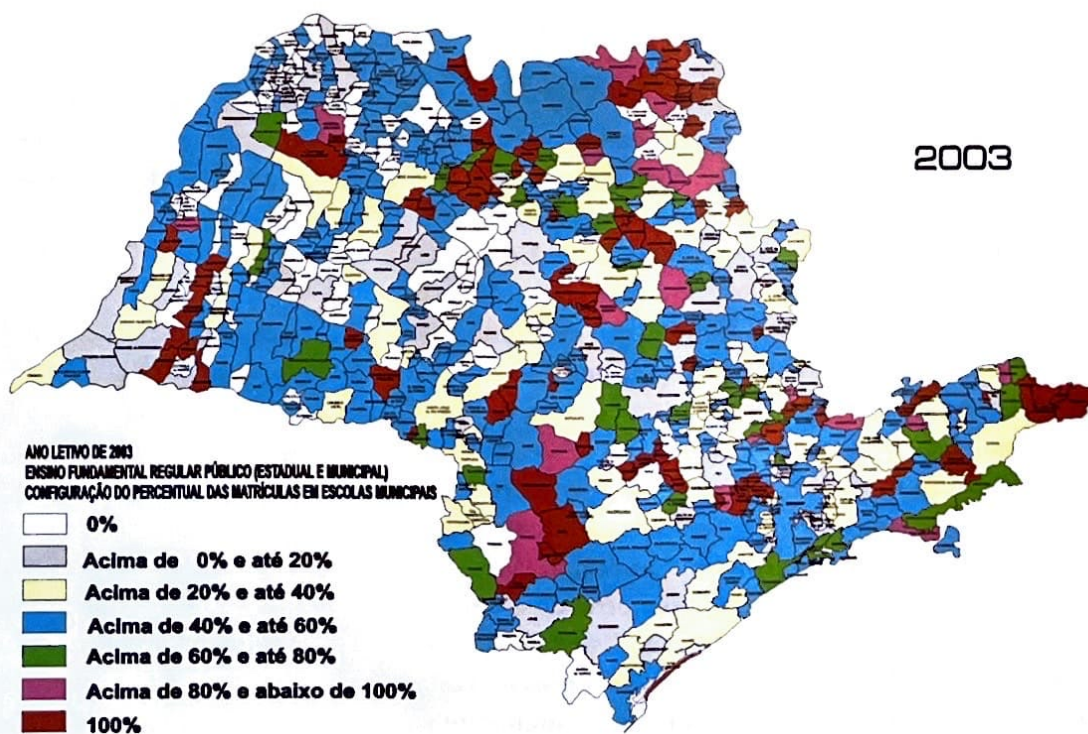
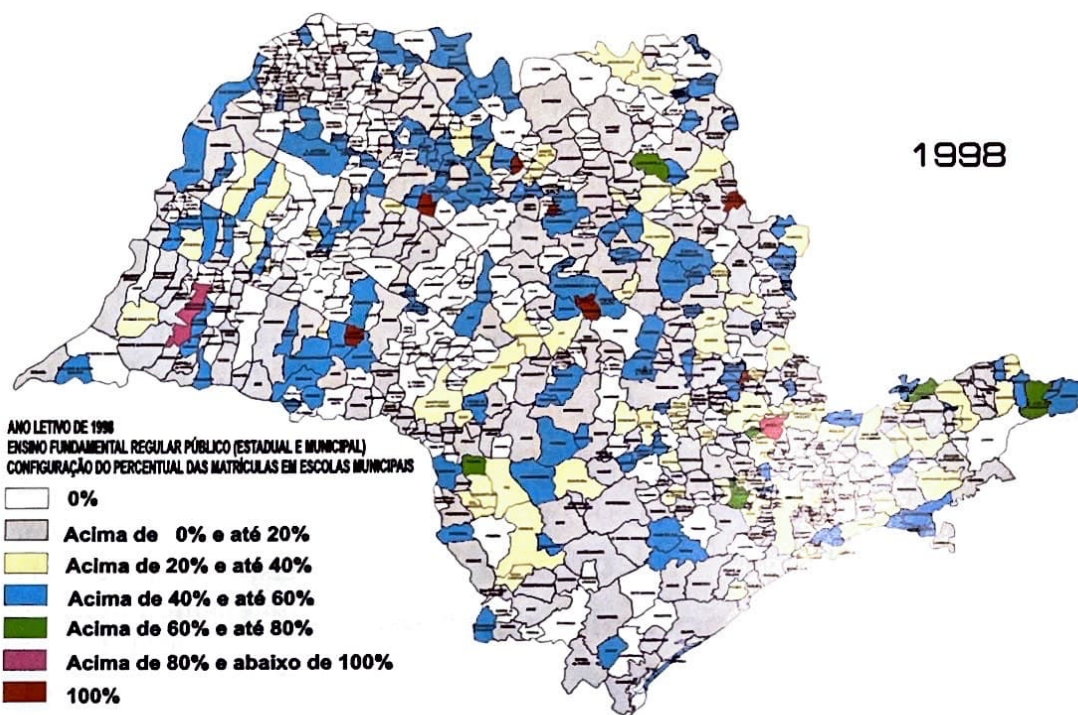
César Callegari

Sociólogo, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Foi Secretário-executivo do ministério da Ciência e Tecnologia, Diretor-executivo da FDE e deputado estadual por dois mandatos dedicados a causa da educação. É autor de vários livros sobre o financiamento do ensino público. e-mail: cesarcallegari@uol.com.br

é que cada matrícula de 1ª. a 4ª. séries propicie receber do Fundef R\$ 1.581,19 e as de 5ª. a 8ª. séries e educação especial, R\$ 1.660,25. Considerando o Estado e cada um de seus Municípios, os que mantêm mais alunos recebem mais recursos do Fundef, os que mantêm menos alunos recebem menos.

Nota-se que com a nova sistemática de financiamento da Educação estabelecida com o

Ensino Fundamental Regular Público (Estadual e Municipal) no Estado de São Paulo
Configuração do Percentual das Matrículas em Escolas Municipais



Fundef, a criança matriculada no ensino fundamental deixou de ser apenas um fator de despesa, para ser também uma fonte de receita (além de muitas responsabilidades) para os mantenedores do sistema de ensino. Por isso, desde 1998 quando começou a funcionar, até hoje, o Fundef vem representando um forte mecanismo de indução à municipalização do ensino fundamental. Nesse período, cerca de 900 mil alunos deixaram de estudar em escolas do Estado e foram matriculados em escolas municipais. Atualmente, quase todos os municípios paulistas mantêm escolas de ensino fundamental e respondem pela maioria das matrículas de 1ª. a 4ª. séries do ensino fundamental do Estado de São Paulo.

O que muda com o Fundeb

Antes mesmo do final do tempo de existência do Fundef (2006), várias propostas do Legislativo e do Executivo apontam para a sua substituição. Muitas delas se apóiam na convicção de que o Fundef já teria atingido seus principais objetivos e que, por outro lado, o peso da ênfase sobre o ensino fundamental, da forma como está, já não se justificaria. Argumentam que é necessário atender e sustentar também a educação infantil e o ensino médio, etapas da educação básica que carecem de mais recursos para o seu efetivo e adequado financiamento. Assim é que, anunciando compromissos de mudança, o Programa de Educação

do atual governo brasileiro prevê a criação de um novo fundo mais amplo e de maior alcance, na configuração de um Fundeb em substituição ao Fundef.

As características e os objetivos de ambos são os mesmos. Porém, diferem no objeto: o Fundef é restrito ao ensino fundamental; o Fundeb vai além do ensino fundamental, para abranger todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Da análise comparativa e sucinta, referindo-se às PECs (proposta de emenda constitucional) particu-

**União
complementará
recursos
quando forem
insuficientes**

larmente as de número 112/99 e 34/02, e dos estudos, manifestações e informações emanadas do ministério da Educação, é de se concluir, como mais provável, que será criado um Fundeb em substituição ao Fundef, que virá à luz com as seguintes características básicas:

• Um Fundo de natureza contábil, de âmbito estadual e de abrangência nacional, formado com recursos providos, em cada Estado, pelo Estado e seus Municípios, provenientes da vinculação constitucional incidente sobre a receita de impostos (próprios e de

transferência), conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 212;

• Os recursos do Fundo serão repartidos, proporcionalmente às matrículas na educação básica, em todos os níveis e modalidades de ensino, estabelecendo-se fatores de ponderação diferenciais em relação a elas, para efeito da destinação de recursos, atendendo às diferenças de custo que lhes são próprias;

• O alunado a ser considerado, para efeito da repartição dos recursos, será o do censo escolar do ano anterior, a cargo do MEC;

• Os Estados e os Municípios atuarão, prioritariamente, como já dispõe a Constituição Federal, no ensino fundamental (com responsabilidade de atendimento compartilhada), no ensino médio (os Estados) e na educação infantil (os Municípios);

• Ao Distrito Federal compete, prioritariamente, o atendimento em todos os níveis propostos da educação básica;

• A União, priorizando a educação superior e profissional, em relação à educação básica atenderá os entes federativos com função redistributiva e supletiva, por meio de assistência técnica e financeira, para equalização de oportunidades de acesso, de modo a garantir que haja investimento mínimo por aluno e adequado piso salarial para os educadores e para que se alcance adequado nível de qualidade no ensino público;

• Haverá complementação de recursos por parte da União, sempre que, no âmbito de cada Estado e do

Distrito Federal, os recursos para a formação do respectivo Fundo sejam insuficientes para atingir um determinado valor aluno/ano nacional, definido anualmente na forma e nas condições estabelecidas em lei;

• Garantir-se-á que um percentual mínimo (entre 60% e 80%) dos recursos do Fundo, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal seja destinado para a remuneração dos profissionais da educação, em efetivo exercício de suas atividades;

• Haverá, na esfera da União e de cada ente federativo, um Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, com composição e competências a serem definidas em lei.

Com esses fundamentos, o Fundeb será um Fundef ampliado. Tanto no que se refere à origem, às fontes e ao montante dos recursos, quanto aos níveis e modalidades de ensino para os quais destinam-se os recursos.

Do que já se avançou em estudos e discussões sobre o Fundeb, tem-se realçada a necessidade de mais estudos e discussões que esclareçam pontos fundamentais:

1 – Quais as receitas provenientes de impostos que, de fato, constituirão o Fundeb, com a exclusão ou não de impostos próprios municipais (IPTU/Imposto Predial e Territorial Urbano, ISSQN/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e ITBI/Imposto de Transmis-

são Intervivos)? As mais recentes propostas apresentadas pelo MEC excluem esses impostos próprios da formação do Fundeb. E indicam que apenas 20% das receitas dos demais impostos formarão o novo Fundo. Os 5% obrigatórios restantes, ficariam fora do Fundeb.

2 – Como se dará a repartição dos recursos do Fundeb, com base em fatores de ponderação a serem aplicados na diferenciação de custos aluno/ano referindo-se a cada um dos níveis e modalidades de ensino da educação básica, com a inclusão ou não do ensino profissionalizante? No Fundef, a diferenciação se faz em relação: às 1ª a 4ª. séries, fator de ponderação 1,00; às 5ª. a 8ª. séries e educa-

**APOSENTADOS E
PENSIONISTAS INSS**

**EMPRÉSTIMO
FÁCIL E RÁPIDO**

**PARA PAGAR EM
ATÉ 36 MESES**

TAMBÉM PARA SERVIDORES PÚBLICOS



Crédito Consignado Banco Cruzeiro do Sul:

mais que um direito, um respeito
às suas necessidades.

- as melhores taxas do mercado
- sem burocracias
- sem fiador
- sem consulta ao SPC e SERASA
- desconto direto na folha de pagamento do INSS
- disponível inclusive para quem receba o benefício em outro Banco

Documentos necessários: CIC, RG, comprovante de endereço e Cartão de Benefício do INSS.

Procure nosso
correspondente ou ligue
4004-5560



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

ção especial, fator de ponderação 1,05. Nas suas últimas reuniões, UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e MEC estão convergindo para fatores de ponderação para a educação infantil (creche e pré-escola) e para o ensino médio próximos aos do ensino fundamental (no máximo 10% de diferença). Fala-se também de mecanismos que impeçam “perdas” e “ganhos” exagerados de Municípios e Estados na distribuição dos recursos do Fundo.

3 – Qual será a participação da União nas suas funções redistribu-

**Dirigentes
municipais
têm de estar
preparados
para debates**

tiva e supletiva, como provedora de recursos para o Fundeb, a partir da fixação de valores mínimos aluno/ano, em âmbito nacional? O MEC, nesse sentido, acena com a paulatina diminuição dos efeitos negativos da DRU – Desvinculação de Receitas da União – e o gradual retorno dos recursos para os trilhos da educação. Em quatro anos, o MEC propõe elevar do atual R\$ 1,2 bilhão para cerca de R\$ 4 bilhões a contribuição da União para a educação básica, via Fundeb. Com base na hipótese hoje mais provável, de um Fundeb formado


com 20% das receitas de impostos sem a inclusão dos impostos próprios municipais, São Paulo teria um Fundo que reuniria cerca de R\$ 12,4 bilhões (projeções para 2005) para atender a cerca de 9 milhões de alunos.

Nesse contexto e dependendo dos fatores de ponderação que serão utilizados para dividir os recursos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino, Municípios com perfil tributário marcado por forte presença de impostos próprios (IPTU, ISS e ITBI) teriam melhores condições de sustentar programas de expansão e melhoria da educação infantil. Os demais, que dependem fundamentalmente dos recursos provenientes de impostos compartilhados com o Estado e com a União (ICMS, FPM, IPVA, IRRF, ITR), teriam que receber ajuda complementar para enfrentar suas responsabilidades em relação às primeiras etapas da educação básica.

Seja como for, é imperativo perceber que a geografia educacional do Estado de São Paulo já é radicalmente diferente do que era dez anos atrás. E o mais provável é que mudanças acentuadas continuarão a ocorrer. Para os próximos anos, é de todo desejável que, em termos quantitativos, o sistema público de educação básica no Estado de São Paulo atinja e mesmo ultrapasse as metas preconizadas no Plano Nacional de Educação. Se assim acontecer, estaremos diante de um cenário em que todos os municípios terão expandido a sua rede de educação infantil a

ponto de estarem atendendo, em 2006, a 30% das suas crianças com idade de 0 a 3 anos (creches), esse atendimento atingindo 60% em 2010. Para a etapa correspondente à faixa etária de 4 a 6 anos, os níveis de atendimento em pré-escolas municipais deverão ser de 60% em 2006 e 80% em 2010. Tudo isso compondo uma nova realidade educacional multifacetada a exigir um intenso esforço de planejamento e integração por parte dos órgãos e profissionais que atuam nos sistemas da rede de ensino público.

Quanto às etapas correspondentes ao ensino fundamental e ensino médio, em São Paulo as metas cujo atingimento caracterizarão o cenário educacional futuro dizem respeito mais a aspectos de qualidade. Nos próximos anos já não será tão necessário construir novas escolas. A população está crescendo menos e melhorias de qualidade haverão de normalizar o fluxo dos estudantes pelas séries do ensino fundamental e médio. Em decorrência disso, a existência de espaço físico e pessoal suficientes, em alguns casos, tornará possível realizar o antigo sonho de tantos educadores em torno de escolas de tempo integral. Tudo isso, mais uma vez, a demandar um perfeito trabalho de planejamento e articulação. Acrescente-se que o Fundeb terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional. Por isso é necessário que os dirigentes municipais estejam preparados com estudos e projeções, para participarem ativamente dos debates decisivos com os deputados e senadores.



R\$ 5,10

R\$ 4,20

R\$ 2,90

R\$ 3,80

BEC Bolsa Eletrônica
de Compras.

**Mais economia para os municípios.
Mais negócios e segurança para os fornecedores.**

Com o apoio da Nossa Caixa, o Governo de São Paulo está abrindo a BEC/SP – Bolsa Eletrônica de Compras – para todas as prefeituras do nosso Estado. A BEC/SP oferece muito mais vantagens aos municípios, fornecedores e toda a sociedade. Para os municípios, a BEC/SP traz mais transparência ao sistema de compras, reduz os custos operacionais e os valores dos produtos adquiridos. Além disso, deixa o processo de compra mais ágil e facilita seu controle. Para os fornecedores, ela proporciona maior interação com a administração pública, ampliando as oportunidades de negócios com os governos municipais. A BEC/SP está disponível há mais de dois anos para os órgãos da administração direta e já intermediou mais de 28 mil compras num volume superior a 130 milhões de reais, proporcionando uma economia média de 25% às contas do Governo. E, se o Governo economiza, toda a sociedade ganha.

Para mais informações, acesse www.bec.sp.gov.br.

Nossa Caixa
O banco do coração de São Paulo



Previsões confirmadas na Capital; surpresas em outras localidades

Onze municípios do Estado elegeram seus prefeitos, em segundo turno. O PSDB saiu, mais uma vez, vencedor, e conquistou outras cinco cidades

Em São Paulo, apenas 11 cidades com mais de 200 mil habitantes realizaram, no último dia 31 de outubro, o segundo turno das eleições municipais. O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) elegeu mais cinco prefeitos, incluindo o da Capital. O PT (Partido dos Trabalhadores) ficou com mais três cidades e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PPS (Partido Popular Socialista) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista) ficaram com um município cada.

Conforme previsões amplamente divulgadas pelos institutos de pesquisa, na Capital, o candidato tucano José Serra (PSDB) foi eleito com 3.330.179 votos atingindo percentual de 54,86% dos votos

válidos contra 45,14% dos votos dados à atual prefeita Marta Suplicy (PT).

Disputa acirrada aconteceu nos municípios de Santos e Diadema. No primeiro, ao contrário das previsões que davam como certa a eleição da deputada federal petista e candidata ao cargo pela terceira vez, Telma de Souza, João Paulo Tavares Papa (PMDB) elegeu-se com uma diferença de apenas 1.771 votos. Em Diadema a diferença em favor do atual prefeito José de Fillipi (PT) foi de apenas 554 votos. Em percentuais o candidato atingiu 50,12% dos votos válidos, totalizando 111.333 votos.

Em Ribeirão Preto, o eleito foi o peesedebista Welson Gasparini, com 60,56% dos votos válidos.

Em São José do Rio Preto, o atual prefeito Edinho Araújo (PPS) reelegeu-se com 104.709 votos, o que lhe conferiu um percentual de 50,79% dos

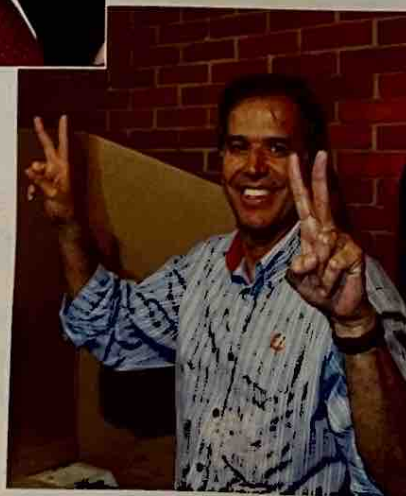
votos válidos. Reeleitos também foram os prefeitos Tuga Angerami (PSDB) de Bauri, com percentual 51,78% dos votos válidos e João Avamileno (PT) de Santo André, com 203.321 votos, ou 53,48%

PSDB elegeu mais cinco prefeitos, inclusive o da Capital, José Serra

dos votos válidos.

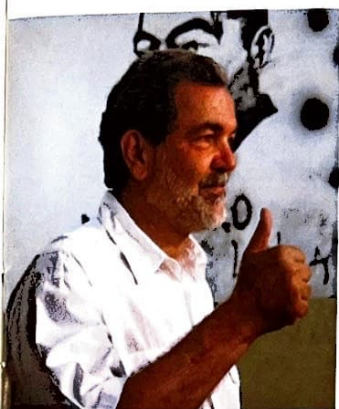
Em Osasco, foi eleito o deputado estadual pelo PT, Emídio de Souza, que obteve 201.060 votos, alcançando um percentual de 52,54%. Em Sorocaba a vitória ficou com o candidato Vitor Lippi (PSDB), que com o apoio do atual prefeito Renato Amary obteve 167.856 votos e um percentual de 62,43% dos votos válidos.

Piracicaba elegeu Barjas Negri (PSDB). Ex-ministro da Saúde (substituto de José Serra, quando este se desincompatibilizou do cargo para concorrer à presidência da República, e que ocupou a função até o final do mandato de Fernando Henrique Cardoso), Negri obteve 120.412 votos e atingiu o percentual de 68,20% dos votos válidos.



Fotos: Folhapress e Agência Estado

Barjas Negri (acima) é o novo prefeito de Piracicaba e Edinho Araújo se reelege em São José do Rio Preto



Tuga Angerami (ao lado) reelegeu-se em Bauru e José Serra (abaixo) é o novo prefeito de São Paulo



Divulgação

Após sua terceira tentativa de se tornar prefeito de Campinas, o deputado federal e médico Hélio de Oliveira Santos (PDT) elegeu-se com 258.456 votos com percentual de 52,63% dos votos válidos.

Entorno da Capital

Ao se considerar o entorno da Capital paulista, das 38 cidades



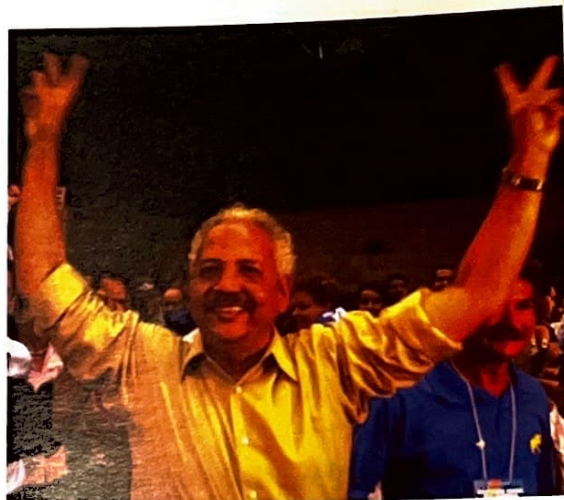
Wilson Gasparini é o prefeito eleito de Ribeirão Preto

que o compõe, o PT apesar de ter perdido a cidade de São Paulo, com seus 7.771 milhões de eleitores, ainda governará em sete dessas cidades, o que equivale a um eleitorado de 5,261 milhões, ou seja 19,45% do total do Estado. É o partido que mais mais elegeu candidatos a prefeito em quatro dos cinco maiores municípios da região metropolitana: Diadema, Guarulhos, Osasco e Santo André.

Existe ainda um litígio na Justiça, para decidir quem governará a cidade de Mauá (município da região do ABCD), o sexto maior eleitorado da Grande São Paulo. O TRE (Tribunal Regional Eleitoral/SP) suspendeu

no dia 04 de novembro a liminar parcial, que proclamou o candidato Leonel Damo, do Partido Verde, prefeito da cidade. Damo foi o segundo colocado, com 79.584 votos no primeiro turno da eleição, mas o primeiro colocado, Márcio Chaves Pires, do PT, que obteve 91.910 votos, teve sua candidatura cassada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 72 horas antes do segundo turno. O TSE tomou tal atitude alegando que houve uso de dinheiro público para a promoção do candidato, já que Chaves é o vice-prefeito de Mauá.

No dia 05 de novembro a juíza eleitoral da cidade, Ida Inês Del Cid, proclamou o candidato do PV eleito. Chaves entrou com ação, atendida pelo desembargador Paulo Shintate na liminar. "Foi suspensa a proclamação até o julgamento do mandado de segurança", informou



Hélio de Oliveira Santos, em sua terceira tentativa, elegeu-se prefeito de Campinas

o TRE por meio de sua assessoria de imprensa. O desembargador Shintate considerou a questão polêmica, que poderia provocar um "dano irreparável" a Chaves, caso fosse mantida a proclamação, pois



José de Fillipi reeleito em Diadema com apenas 554 votos de diferença

Damo poderia ser diplomado prefeito eleito e tomar posse. Enquanto não houver o julgamento do mérito do recurso, Mauá fica sem prefeito eleito. Segundo os advogados de Chaves, Torquato Jardim e Eduardo Alckmin, a decisão só deve ser dada em dezembro. (E.M.)

mc

Em 2005, Piracicaba inaugura Pólo Nacional de Biocombustíveis

Em 16 de novembro, foi firmado um convênio entre o ministério da Agricultura e a Universidade de São Paulo

POR CAMILA ANCONA

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, irá firmar convênio entre o ministério e a Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), da USP (Universidade de São Paulo), em Piracicaba, para a criação do Pólo Nacional de Biocombustíveis no dia 16 de novembro, segundo informou o ministro durante a instalação de seu gabinete na Esalq no dia 14 de outubro, devido às comemorações da 47ª Semana Luiz de Queiroz, iniciada no dia anterior à transferência. Esta é a segunda vez que o ministro traz o gabinete para a cidade, durante a semana. O convênio irá permitir que a Esalq capte recursos, em conjunto com outras entidades de estudo, para projetos sobre biocombustíveis.

No mesmo dia da formalização do contrato, ocorrerá o primeiro *workshop* do pólo, que terá ajuda do repasse do ministério, no valor de R\$ 100 mil. De acordo com José Roberto Postali Parra, diretor da Esalq, no *workshop* será elaborado o relatório com as diretrizes do pólo, a formação de um conselho e as atividades a serem desenvolvidas a curto,



Divulgação/Radiobrás

Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, participou da assinatura do convênio

médio e longo prazos.

A data foi adiada novamente [quando da realização da repor-

Idéia é criar políticas públicas que favoreçam biocombustível

tagem, a inauguração havia sido postergada para 05 de novembro] devido à legislação eleitoral, que impede a ação do governo federal para firmar convênios com instituições estaduais e municipais durante o período de eleições. Esta é a terceira transferência da data, já que Rodrigues pretendia assinar o convênio em julho deste ano, durante o 2º Simtec (Simpósio e Mostra Internacional de Tecnologia da Agroindústria Sucroalcooleira),

também em Piracicaba. A greve dos funcionários da USP impediu a finalização do processo.

O pólo terá sua sede na cidade, instalada na Fazenda Experimental Areão, da universidade, com término das construções previsto para 2005. No local haverá uma central de banco de dados com as pesquisas desenvolvidas no País sobre novas alternativas de combustíveis e uma sala de convenções para os especialistas da área. O Pólo Nacional de Biocombustíveis foi lançado em janeiro deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante sua primeira visita, neste cargo, em Piracicaba.

O pólo vai reunir especialistas de todo o País que já desenvolvem pesquisas com óleos vegetais, madeiras, cana-de-açúcar e resíduos animais como matéria-prima para combustíveis alternativos aos derivados de petróleo, como a gasolina e o diesel. O pólo irá concentrar em um único espaço físico, todas as pesquisas realizadas sobre biocombustíveis no Brasil, formando um banco de dados.

A idéia é transformar o pólo em um grande fórum de discussões, que irá auxiliar na elaboração de políticas públicas para o biocombustível, principalmente o biodiesel (feito a partir de álcool e óleo vegetal).

O pólo poderá contar ainda com convênios do ministério das Minas e Energia e Ciência e Tecnologia, pois estão diretamente relacionados às pesquisas realizadas no Brasil sobre biocombustíveis. A equipe do Pólo

Nacional de Biocombustíveis da ESALQ será coordenada pelo professor Weber Antonio Neves do Amaral, do departamento de Ciências Florestais.

O governo japonês investirá em pesquisas para o desenvolvimento de biocombustíveis, por meio do JBIC (Japan Bank for International Cooperation), além da NEDO

Pólo congrega especialistas no setor de combustíveis alternativos

(New Energy Development Organization), empresa estatal do Japão que detém o monopólio da importação de álcool daquele país.

Dados da Afocapi (Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba) indicam que aproximadamente oito milhões de toneladas de cana-de-açúcar são produzidas na região de Piracicaba, que agrega 33 municípios. A macrorregião de Piracicaba produziu na safra 2003/2004 aproximadamente 900 milhões de litros de álcool e 1,2 milhão de toneladas de açúcar.

A semana

Durante os três dias que manteve o gabinete na cidade, estruturado no edifício central da universidade, o ministro realizou audiências e se reuniu com deputados, empresários e com o grupo de trabalho

do Pólo Nacional de Biocombustíveis. No encontro foram discutidas estratégias de trabalho como o sistema operacional do pólo, a formação do conselho e a realização do *workshop*. Houve também a apresentação das atividades da Casa da Agricultura e o lançamento da Semana do Empreendedorismo Rural, programa do SAI (Serviço Agroindustrial Integrado)/Sebrae, voltado para o pequeno agricultor. "O fato de trazer meu gabinete para despachar aqui minhas atividades é uma forma de demonstrar tudo o que sinto e o que a Esalq representa", afirmou o ministro na solenidade.

A semana Luiz de Queiroz, que é realizada em parceria com a Adealq (Associação dos Ex-Alunos da Esalq), durante os quatro dias da semana, teve atividades acadêmicas e culturais. O intuito é comemorar o Dia Nacional do Engenheiro Agrônomo, em 12 de outubro. O ministro Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo formado pela Esalq, no ano de 1965, porém sua ligação vai além da formação, já que possui parentes e amigos também formados e ligados à instituição.

Cerca de 1.500 pessoas entre ex-alunos, professores, visitantes e convidados prestigiaram o encerramento das festividades da 47ª Semana Luiz de Queiroz. A sessão solene de homenagens teve a confraternização das turmas que completaram 25, 50, 55, 60 e 65 anos de formatura, com o tradicional churrasco entre todos no ginásio de esportes da escola.

mp

Se você quer um Ensino de Qualidade em sua cidade,
junte-se a quem tem experiência comprovada.

NAME

Núcleo de Apoio à
Municipalização do Ensino

Há anos, a Editora COC analisou o ensino público e constatou que este ansiava por grandes modificações.

Assim nasceu o Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino – NAME – um projeto inovador na Educação Municipal.

O NAME cresceu e hoje é considerado modelo no mercado.

Adotando o Projeto NAME nas escolas públicas de sua cidade, você terá acesso aos seguintes instrumentos para um ensino público mais qualificado:

Material didático de qualidade

Os livros são ricamente ilustrados, coloridos e atualizados em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais, e as leituras complementares abrem espaço para a abordagem de Temas Transversais. Ao professor é entregue o CDA (Caderno Digital de Apoio), com conteúdo selecionado, que facilita as atividades com os alunos, agilizando, despertando a atenção e proporcionando maior fixação dos conteúdos. Um material didático de qualidade, num projeto amplo e consistente, mudando o conceito de educação pública.



Treinamento constante

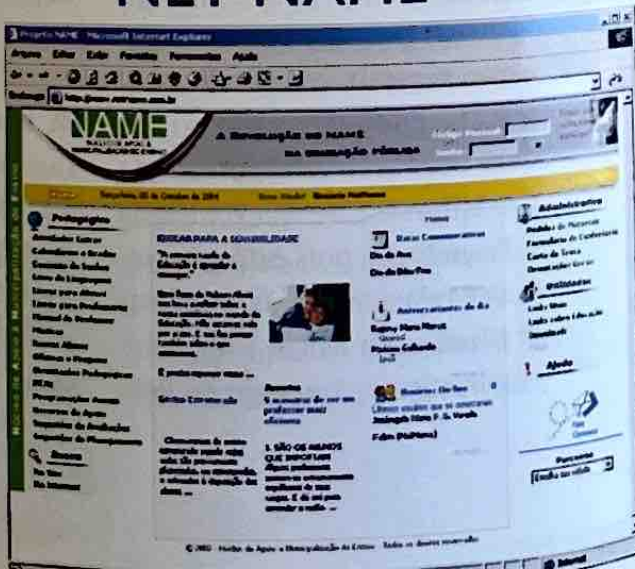
O acompanhamento do corpo docente é realizado com programas e oficinas de treinamento.

Uma assessoria pedagógica composta de encontros e palestras que auxiliam o desenvolvimento de uma melhor didática e maior aproximação com o aluno.

Portal educacional NET NAME

O portal NETNAME (www.netname.com.br) foi desenvolvido com o intuito de facilitar a comunicação entre os parceiros do NAME e a Editora COC. Objetiva o trabalho dos administradores, diretores, coordenadores e professores por meio do suporte pedagógico, com conteúdos disponibilizados aos usuários.

O processo didático e administrativo ganha inovação e agilidade, num ambiente repleto de informações 24 horas por dia.



Por que implantar o NAME?

Educação é prioridade para a construção do futuro que todos almejamos e a municipalização é o instrumento para a melhoria da qualidade de ensino.

A parceria com a Editora COC é uma maneira de democratizar a educação, levando a mesma qualidade de ensino a todas as escolas do município.

No início, em 1999, o NAME estava implantado em três municípios, ministrando uma educação de qualidade para aproximadamente 3.000 alunos.

Hoje, cinco anos depois, está presente em 52 municípios, atingindo o surpreendente número de 80.000 alunos que têm acesso a essa educação diferenciada.

Atualmente, mais de 3.000 educadores utilizam o material didático do NAME e contam com uma importante assessoria pedagógica. Conseqüentemente, a motivação dos professores e dos próprios estudantes é maior, sem levar em conta o aumento do interesse da família pela educação.

Por isso, o NAME é um investimento certo.

O projeto faz com que o Ensino Público de sua cidade forme verdadeiros cidadãos, com oportunidades de desenvolvimento.

Faça parte do NAME. A Educação de sua cidade só tem a ganhar.



Depoimentos de quem conhece o NAME

“Desde 2001, o governo municipal é parceiro do projeto NAME, totalizando mais de 1.300 crianças atendidas com ensino de qualidade e sem custo algum para os pais. A procura por vagas nas escolas municipais aumentou tanto que mais uma escola estadual passou a fazer parte do município, a EE Professora Ebe Aurora Fernandes. Com a municipalização, agora é fazer desta escola o mesmo que acontece com as outras, implantando o NAME, um método prático e de alta qualidade. Esse foi mais um desejo do próprio prefeito, que tem voltado uma atenção especial para a educação mirandopolense, bem como o dos pais dos alunos que frequentam aquela escola. Com o projeto NAME, a educação passou a ser um instrumento de transformação social em busca de melhor qualidade de ensino, cidadania e democracia, uma constante interação com a comunidade.”

Nota da Prefeitura Municipal de Mirandópolis

“Com a municipalização, a criança é acompanhada de perto somando todas as suas dificuldades, tanto sociais como de aprendizagem. Tenho observado que a parte pedagógica trata de cada um individualmente, de forma personalizada, de acordo com a necessidade de atendimento e acompanhamento, pois os coordenadores do COC (NAME) vêm à escola periodicamente verificar o rendimento de cada sala ou série. Com isso, sinto uma grande segurança. Ela (a Bianca) não sente dificuldades, pois a apostila se apresenta de forma atualizada, clara, bem colorida, chamando a atenção. Suas atividades são atrativas, interagem a aprendizagem com o mundo social da criança.”

Mering Derripoti Dogan Gomes
(mãe de Bianca Caroline Gomes, aluna da escola municipal de Morro Agudo)



Editora COC – Empreendimentos Culturais S/C Ltda.
Rua General Celso de Mello Rezende, 301 – Tel.: (16) 629-0982 – CEP 14095-270
Lagoinha – Ribeirão Preto - SP – www.netname.com.br

Um retrato atualizado do País, por meio da PNAD/2003

Pesquisa apontou redução de desigualdades sociais, queda no rendimento, aumento na desocupação e mais empregos formais

A comparação dos últimos dez anos da PNAD (1993 a 2003) mostrou melhoras generalizadas sob diversos aspectos

- em dez anos, a proporção de domicílios com telefone mais que triplicou, passando de menos de 20% para 62,0%;

- a proporção de habitações consideradas rústicas, aquelas com paredes feitas com material não-durável, como madeira aproveitada de embalagens, taipa, palha etc. se reduziu à metade nesses dez anos, passando de 5,1% para 2,5%, um fenômeno ocorrido em todas as regiões e

- a parcela de crianças de 7 a 14 anos que não freqüentava escola, que era de 11,4% em 1993, ficou em 2,8% em 2003.

A PNAD 2003 confirma ainda o movimento de ingresso da mulher no mercado de trabalho. Em números absolutos, de 2002 para 2003, entraram no mercado de trabalho 547 mil mulheres e 524 mil homens.

Outro movimento importante na economia foi o aumento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (3,6%).

Alguns resultados da PNAD referentes a telefonia

Em dez anos, triplicou o percentual de domicílios com telefone.

A partir de 2001, a pesquisa capta

o tipo de telefone que o domicílio possui: fixo convencional, celular ou ambos.

De 2002 para 2003, o número de domicílios que só possuíam linha celular cresceu 31,3%, o dobro do ocorrido de 2001 para 2002.

Observa-se que vem crescendo o número de domicílios somente com telefone celular.

Aparelhos celulares dobraram de 2001 para 2002

Indicadores sobre condições de habitação revelam melhorias

Em dez anos, apesar de grandes avanços, os dados da PNAD 2003 revelam que ainda permaneciam as desigualdades regionais em relação a algumas características dos domicílios visitados.

O serviço com a maior cobertura continuou sendo o de iluminação elétrica, que já atingiu 97% dos domicílios brasileiros. No Sudeste, a melhoria já atingiu quase a totalidade dos lares, passando de 96,4% para 99,4% em dez anos.

A rede coletora de esgoto, apesar de ainda ser o serviço com a menor cobertura nos lares brasileiros, cresceu de 39,0% em 1993 para 48,0% em 2003; nesse período, houve crescimento no Sudeste de 78,2% para 86,3%.

Em relação ao número de moradias que tinham serviço de coleta de lixo, em um ano, o crescimento foi de 4,3%. Em 1993, 30% das residências não tinham serviço de coleta de lixo, um percentual alto, mas que dez anos depois, cai para menos da metade (14,4%). Nesse período, novamente, a região Sudeste continuou se destacando com os maiores percentuais de domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo (passou de 81,9% para 93,9%).

Quanto ao abastecimento de água, em 1993, um quarto das habitações não tinha o serviço. Em 2003, esse serviço não atendia 17,5% dos domicílios. Observa-se que em dez anos, o Sudeste (de 86,9% para 91,0%) continua apresentando os mais altos resultados do percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água.

Em dez anos melhora a qualidade da estrutura das moradias. Em relação à estrutura da habitação, verificou-se que, de 1993 para 2003 caiu pela metade (de

5,1% para 2,5%) o percentual de moradias rústicas, assim chamadas as habitações cujas paredes externas eram construídas com material não-durável (madeira aproveitada, taipa não-revestida, palha, adobe etc). Em 2003, esse indicador ficou em 0,6% na região Sudeste.

Entre os bens duráveis, computador foi o que mais cresceu

O computador foi o bem durável que mais cresceu nos últimos anos.

De 2001 para 2002, o crescimento foi de 15,1% e de 2002 para 2003, de 11,4%, sendo que, entre os que tinham acesso à internet, o aumento nos dois períodos foi, respectivamente, de 23,5% e 14,5%. Em 2003, 15,3% das moradias tinham microcomputador e em 11,4% este equipamento tinha acesso à internet.

A região Sudeste ficou com as maiores proporções de moradias com geladeira e televisão.

Base da pirâmide etária vem se estreitando e população idosa continuou crescendo

Com a queda nas taxas de fecundidade e mortalidade, a estrutura etária da população do País vem mudando ao longo dos anos. Em 1993, a taxa de fecundidade era de 2,6%. Dez anos depois, chegou a 2,1%. Essa progressiva diminuição teve início em meados dos anos de 1960 e se intensificou nas duas décadas seguintes, refletindo-se na estrutura etária.

Em 2003, o grupo etário de 15 a 19 anos ainda era o maior, mas o seu percentual na população continuou em queda, aproximando-se daquele do grupo de 20 a 24 anos.

No outro extremo, a população de 60 anos ou mais de idade continuou crescendo gradativamente: representava 6,4% da população em 1981; subiu para 8,0% em 1993 e chegou a 9,6% em 2003. Em números absolutos, isso significa que, dos quase 174 milhões de pessoas, 16,7 milhões tinham, no mínimo, 60 anos de idade.

No Sudeste a participação de idosos de 60 anos ou mais estava em 10,5%.

A rede pública de ensino

A rede pública de ensino atendia, em 2003, a grande maioria dos estudantes, com uma cobertura nitidamente diferenciada em função do nível de ensino. Frequentavam a escola pública, 27,3% dos estudantes do ensino superior, 84,9% do ensino médio, 89,5% do fundamental e 76,0% do pré-escolar.

No Sudeste, 19,8% dos estudantes de ensino superior frequentavam escola pública.

PNAD 2003 detectou mais trabalhadores com carteira assinada. Nível da ocupação foi menor que o de 2002: o das mulheres manteve-se estável e o dos homens caiu. Cresceu em 4,0% o número de contribuintes para a previdência e em 6,4% o de trabalhadores sindicalizados. Rendimento médio real de trabalho caiu 7,4% e o rendimento domiciliar, 8,0%.

Em 2003, o País tinha 79,3 milhões de pessoas ocupadas, sendo 46,4 milhões de homens e 32,8 milhões de mulheres.

A taxa de desocupação detectada pela PNAD passou de 9,2% em 2002 para 9,7% em 2003.

Estavam em atividade agrícola 20% da População Ocupada. Em 2003, cerca de 16,4 milhões de pessoas, ou 20,7% da População Ocupada, trabalhavam em atividade agrícola. Esse percentual pouco variou em relação ao de 2002 (20,6%), mas é bem menor que o de 1992 (28,4%).

**Taxa de
desocupação
cresceu 0,5%
de 2002
para 2003**

Cresce o número de trabalhadores com carteira assinada. Em 2003 o Brasil tinha 62,8 milhões de trabalhadores em atividades não agrícolas. Entre esses, cerca de 24 milhões tinham carteira de trabalho assinada e 15,4 milhões trabalhavam sem carteira assinada, enquanto 13,5 milhões eram trabalhadores por conta própria.

Em relação a 2002, cresceu o número de trabalhadores com carteira assinada em atividade não-agrícola, tanto entre os empregados (3,3%, ou mais 720 mil trabalhadores) quanto entre os trabalhadores domésticos (5,5%, ou mais 87 mil trabalhadores). No período, caiu o número de trabalhadores sem carteira assinada, tanto entre os empregados (-3,4%) quanto entre os trabalhadores domésticos (-1,1%).

O trabalho infantil continuou em curva descendente

Em 2003, a PNAD detectou 5,1 milhões de crianças e adolescentes com de 5 a 17 anos de idade ocupadas no Brasil.

O Cadastro Central de Empresas do IBGE

Aumenta o número de empresas no interior

As Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2002, lançadas neste mês pelo IBGE, registraram cerca de 5 milhões de empresas e outras organizações ativas em 2002 e constatarem o aumento do

aumento de 33,9% no número de unidades locais, os demais municípios do interior tiveram um aumento de 45,5%. O mesmo acontecendo em relação ao pessoal ocupado, que aumentou 11,4% nas capitais e 31,8% no interior.

A distribuição das unidades, segundo a localização, mostra que, entre 1997 e 2002, as capitais perderam participação relativa para os demais municípios, tanto em relação ao número de unidades, quanto ao pessoal ocupado.

Em 1997, as capitais tinham participações de 32,4% e 40,9%, em relação ao número de unidades

des locais e por 39% do total da ocupação do País, revelando o alto grau de concentração da produção nestas cidades.

O município de São José do Rio Preto destacou-se como aquele que apresentou, entre 1997 e 2002, a maior taxa de crescimento no número de unidades locais (57,1%). Por outro lado, Brasília foi a cidade que apresentou a maior taxa de crescimento de pessoal ocupado (35,4%), em consequência de um aumento expressivo (54,4%) no número de unidades locais.

Norte e Nordeste: taxas de crescimento

O estudo da análise regional refere-se aos anos de 1997 e 2002. Apesar de concentrar o maior contingente das unidades locais do País, a região Sudeste reduziu sua participação nacional, passando de 52,8% para 51,4%. Além disso, apresentou a menor taxa de crescimento de número de unidades locais no período (37,9%) e, junto com a região Sul (40,2%), teve crescimento inferior à média Brasil (41,6%).

As maiores taxas de crescimento, em termos de unidades locais, foram encontradas nas regiões Norte e Nordeste, com respectivamente 56,2% e 50,3%.

São Paulo e Rio: menor ocupação

São Paulo e Rio de Janeiro diminuíram, também, sua participação relativa em número de unidades locais, além de terem apresentado crescimento inferior à média nacional: apenas 41,6%.

Variação relativa do número de unidades locais e do pessoal ocupado total nas capitais e nos demais municípios, segundo Grandes Regiões - 1997/2002

Grandes Regiões	Variação Relativa (%)			
	Capitais		Demais Municípios	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Brasil	33,9	11,4	45,5	31,8
Norte	42,8	26,5	69,1	66,1
Nordeste	38,5	15,9	58,6	51,8
Sudeste	28,2	6,1	42,9	25,6
Sul	37,3	11,6	41,1	32,3
Centro-Oeste	49,0	30,5	54,0	52,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 1997-2002

número de unidades locais (endereços de atuação das empresas) em municípios do interior.

As capitais, historicamente tidas como principais centros de produção, foram dando lugar a outros municípios, diminuindo suas participações, confirmando a tendência de interiorização do setor da economia.

Enquanto as capitais tiveram um

local e pessoal ocupado, respectivamente, passando a ter 30,6% e 36,9%, em 2002. Já os demais municípios, que tinham participações de 67,6% e 59,1%, para unidades locais e pessoal ocupado, respectivamente, passaram a ter 69,4% e 63,1%, em 2002.

Em 2002, os 24 maiores municípios brasileiros juntos responderam por um terço do total de unida-

Número de unidade locais e de pessoal ocupado total em 31/12 e variação relativa nos 24 maiores municípios - Brasil - 1997/2002

Municípios	Número de Unidades Locais			Pessoal Ocupado Total		
	1997	2002	Variação Relativa (%) 1997/2002	1997	2002	Variação Relativa (%) 1997/2002
São Paulo	385.614	494.688	28,3	2.785.446	2.891.541	3,8
Rio de Janeiro	132.014	166.067	25,8	1.352.528	1.430.594	5,8
Porto Alegre	71.941	98.469	36,9	377.560	424.643	12,5
Belo Horizonte	73.743	95.903	30,1	608.445	696.801	14,5
Curitiba	66.935	90.101	34,6	460.862	496.421	7,7
Brasília	46.688	72.104	54,4	330.311	447.334	35,4
Fortaleza	47.402	64.518	36,1	306.457	356.265	16,3
Salvador	42.800	58.528	36,7	330.073	375.307	13,7
Goiânia	32.484	48.417	49,0	215.093	273.008	26,9
Campinas	28.909	42.550	47,2	213.258	249.343	16,9
Recife	27.731	38.421	38,5	288.951	302.579	4,7
Ribeirão Preto	19.893	28.213	41,8	108.040	131.187	21,4
Guarulhos	19.662	27.255	38,6	194.296	218.714	12,6
São Bernardo do Campo	17.703	24.769	39,9	208.845	212.709	1,9
Caxias do Sul	17.098	23.429	37,0	108.491	130.376	20,2
Londrina	15.203	22.543	48,3	85.576	112.214	31,1
Manaus	17.130	22.286	30,1	162.984	192.223	17,9
Santo André	16.342	22.234	36,1	124.701	134.227	7,6
Natal	15.021	21.186	41,0	99.945	130.979	31,1
São José do Rio Preto	13.261	20.834	57,1	66.658	85.470	28,2
Uberlândia	14.639	20.818	42,2	88.265	112.319	27,3
Santos	15.978	20.788	30,1	97.018	105.104	8,3
Florianópolis	13.589	20.764	52,8	81.973	106.216	29,6
Campo Grande	14.822	20.528	38,5	87.505	111.732	27,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 1997-2002

Os dois estados foram os com menores crescimentos relativos ao número de pessoas ocupadas. As taxas encontradas foram 12,9% e 16,3%, respectivamente.

As unidades da federação que mais cresceram foram Roraima, Amapá e Pará, com taxas de crescimento de 82,5%, 79% e 68%, respectivamente. Esses estados também lideraram o crescimento relativo de pessoal ocupado, com taxas variando entre 50 e 54%.

Empresas só com proprietários e sócios

Do total de empresas e outras organizações ativas (cinco milhões em 2002), o Cadastro Central de Empresas constatou que 90,5% delas eram entidades empresariais, 0,3% órgãos da administração pública (administração central, ensino, saúde, defesa e seguridade) e 9,2% entidades sem fins lucrativos, todas com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O crescimento do número de empresas e outras organizações foi de 6,1%, bem abaixo da taxa de crescimento detectada no ano anterior (11,4%).

O pessoal ocupado, a exemplo de 2001, apresentou crescimento do número de sócios e proprietários (12,3%) bem superior ao crescimento apresentado pelo total de pessoal assalariado (5,7%). A massa salarial aumentou 12,6% em termos nominais e 0,2% em termos reais.

Maiores taxas de crescimento

Dentre as atividades que apresentaram as maiores taxas de crescimento, tanto em número de empresas quanto em pessoal ocupado, podemos destacar: *Pesca*, com 28,0% e 36,5%, respectivamente; *Outros serviços coletivos, sociais e pessoais* com 11,1% e 21,0%, (que engloba as atividades de limpeza urbana e esgoto; atividades associativas; atividades recreativas, culturais e desportivas, lavanderias, cabeleireiros, atividades de manutenção físico-corporal etc.), e *Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas*, com 8,3% e 10,4%. Em termos de número de empresas, destacou-se também a atividade de *Transporte, Armazenagem e Comunicação*, com 8,6% de aumento em relação a 2001. Pode ser destacado ainda, neste estudo, o crescimento de 6,3% no número de *empresas* que funcionaram somente com proprietários e sócios e o aumento da taxa de mortalidade das empresas de 9,0%, em 2001 para 10,9% em 2002.

Número de unidades locais, pessoal ocupado total em 31/12, participação e variação relativas, segundo Grandes Regiões - 1997/2002

Grandes Regiões	Número de Unidades Locais					Pessoal Ocupado Total em 31/12				
	1997	Participação Relativa (%)	2002	Participação Relativa (%) 1997/2002	Variação Relativa (%)	1997	Participação Relativa (%) 1997/2002	2002	Participação Relativa (%)	Variação Relativa (%)
Brasil	3.400.345	100,0	4.819.314	100,0	41,6	20.279.684	100,0	25.041.066	100,0	23,5
Norte	101.388	3,0	158.355	3,3	56,2	607.051	3,0	855.264	3,4	40,9
Nordeste	473.358	13,9	712.537	14,8	50,3	2.692.164	13,3	3.564.416	14,2	32,4
Sudeste	1.794.685	52,8	2.476.099	51,4	37,9	11.837.718	58,4	13.923.911	55,6	17,6
Sul	804.973	23,7	1.129.755	23,4	40,2	3.955.620	19,5	5.041.786	20,1	27,5
Centro-Oeste	225.941	6,6	342.568	7,1	51,4	1.187.131	5,9	1.655.689	6,6	39,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 1997-2002

Em 2002, do total de 4,5 milhões de empresas ativas, 3,1 milhões (68,5%) funcionaram somente com seus proprietários, ocupando 4,3 milhões de pessoas.

Este tipo de empresa aumentou 6,3% em relação ao ano anterior e o número de proprietários e sócios 9,6%. Por segmento econômico, o *Comércio* destacou-se como principal atividade, concentrando 55,8% destes estabelecimentos e 50,9% dos sócios e proprietários, seguida das *Atividades Imobiliárias Aluguéis e serviços prestados às empresas*, com 13,9% das unidades e 17,1% dos sócios e proprietários e das *Indústrias de Transformação*, com

8,2% e 8,4%, respectivamente. Em termos de porte, 99,4% destes estabelecimentos tinham até quatro proprietários e possuíam 96,1% dos sócios e proprietários.

O estudo da demografia das empresas, que não abrange *Administração Pública* e as *Entidades sem fins lucrativos*, mas apenas as entidades empresariais, revelou que em 2002 surgiram 720 mil novas empresas e foram extintas 461 mil, resultando em um aumento real de 259 mil empresas.

Por segmento econômico, as atividades relacionadas ao *Comércio* foram responsáveis pelo maior número de nascimentos e mortes

de empresas em termos absolutos, ao contrário da *Indústria*, que apresentou os menores valores.

Os segmentos de *Serviços* e de *Comércio* apresentaram as maiores taxas de natalidade e de mortalidade, com valores de 18,7% e 11,1%, respectivamente.

A taxa de mortalidade das empresas aumentou em relação ao ano anterior, passando de 9,0% para 10,9%. Na análise por porte, o estudo revelou que, de 2001 para 2002, as maiores taxas de natalidade (19,1%) e mortalidade (12,5%) foram encontradas nas empresas com até quatro pessoas ocupadas, que concentram também cerca de 94% das empresas criadas e 96% das extintas. Em contrapartida, as menores taxas, tanto de natalidade como de mortalidade (1,8% e 1,5%, respectivamente), foram encontradas em locais com cem ou mais pessoas ocupadas.

Nascimentos e mortes de empresas segundo segmento econômico Brasil - 2002

Segmento Econômico	Nascimentos		Mortes	
	Total	Taxa de Natalidade (%)	Total	Taxa de Mortalidade (%)
Total	720405	17,0	461414	10,9
Indústria	62520	13,5	44599	9,6
Comércio	387969	16,7	256300	11,1
Serviços	242720	18,7	140514	10,8
Outros	27196	7,4	20001	12,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2001-2002

Todas as informações podem ser acessadas na página do IBGE: www.ibge.gov.br.

Francisco Garrido Barcia é chefe da UE/SP.

Os novos cuidados com o ainda polêmico artigo 42 da LRF

Déficits orçamentários dos três primeiros anos de gestão, podem ensinar parecer desfavorável do órgão controlador

FLÁVIO C. DE TOLEDO JR. E SÉRGIO CIQUERA ROSSI

Perfilando-se na Lei Complementar nº 101, de 2000, o artigo 42 continua suscitando acentuada polêmica entre os operadores do direito financeiro. Vital a correta interpretação de tal dispositivo; seu não-atendimento pode ensejar reclusão de até quatro anos (art. 359-C do Código Penal), sem embargo de desfavorável apreciação por parte dos Tribunais de Contas.

Aqui, vale informar: o presente estudo é fruto de leitura mais amadurecida da LRF diante da Lei nº 4.320, de 1964; estará sendo ele apresentado, de modo contextualizado, em dois trabalhos de nossa autoria (*).

Feitas essas preliminares, resta transcrever a controversa norma fiscal:

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito."

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

À primeira vista, essa regra parece derivar-se, essencialmente, do art. 36 da Lei nº 4.320, de 1964: *"consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas"*.

Essa equivalência, pensamos, não quer dizer coincidência temática, visto que, malgrado se incluir na *Seção Restos a Pagar* da LRF, o re-

**Restringir
despesas
somente às
de caráter
obrigatório**



Rossi (à esq.) e Toledo Jr.: "Art. 42 está ligado às despesas assumidas pelo Executivo"

Divulgação/Ass. de Imprensa/TCE

produzido dispositivo não enfoca, única e tão-somente, o passivo de curto prazo denominado Restos a Pagar, assim como o era no vetado art. 41.

Neste ponto, vale uma ligeira digressão sobre a proposta original de Lei de Responsabilidade Fiscal, o *Anteprojeto de 1998*; nele, havia preceito que embargava, com vigor, a insuficiência monetária para a dívida flutuante, na qual se inclui, com forte presença, os tais Restos a Pagar.

Para qualquer período do mandato, não apenas os últimos oito meses da gestão, o *Anteprojeto* determinava cobertura de caixa para as despesas que passam para o ano seguinte.

Ao permitir a inclusão, sem amparo de caixa, de certo tipo de Restos a Pagar: os que já estão

o Substitutivo da Câmara Federal desfigurou, neste particular, aquela intenção original. É o art. 41 do autógrafo, vetado pelo presidente da República, parcialmente reproduzido a seguir:

"Art. 41 – Observados os limites globais de empenho e movimentação financeira, serão inscritos em Restos a Pagar:

I – as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício;

....."(gn).

Com o veto, remanesceu, na dita Seção Restos a Pagar, somente aquele art. 42, norma que, a teor de seu *caput*, tem a ver com compromissos assumidos nos dois últimos quadrimestres de mandato dos titulares de Poder ou órgão referido no art. 20.

Logicamente que, ao se referir a parcelas a serem pagas no exercício seguinte, o legislador fiscal alcançou os Restos a Pagar aludidos no art. 36 da Lei n. 4.320, ora em análise comparada.

Assim, o art. 42 da LRF é, fundamentalmente, regra para os oito últimos meses de cada gestão política. De outra maneira, não há meios de o administrador público atender a despesas desse lapso temporal e mais o estoque de Restos a Pagar incorrido antes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal; do contrário, as gestões haveriam de produzir superávits orçamentários em nível equivalente à herança negativa que proveio da sobredita época anterior, progresso esse que, objetivamente, não se impõe em norma

geral de direito financeiro. Para tanto e assim como adiante melhor se verá, o resultado positivo dos sistemas próprios de previdência haverá de ser abatido daqueles superávits de exercício.

Naturalmente, os tais antigos débitos já devem ter sido todos pagos, mas, até mesmo por isso, os mais recentes Restos a Pagar podem ainda não contar com disponibilidade monetária.

Essa dicção parece afrontar o equilíbrio buscado pelo novo direito: o duradouro, no tempo, vale dizer, o que não se limita aos 12

Novos dirigentes devem reincluir gastos cancelados

meses do ano civil, tendo, por isso, base financeira (*caixa e bancos maiores que as dívidas de curta exigibilidade*). Essa conciliação, afinal, não é nenhuma inovação; remonta à edição da Lei n. 4.320, que, em seu artigo 49, determina que o gasto de exercícios findos (*extra-orçamentário*) compareça, também ele, na programação financeira do exercício em curso. Contudo e em face da já apresentada interpretação razoável da lei, enquanto não dirimido, de vez, o comentado passivo residual, não existirá plena coincidência

entre Restos a Pagar e haveres financeiros.

Nesse cenário que se espera transitório e na análise de enquadramento no art. 359-C do Código Penal, há que se verificar se os empenhos liquidados a pagar e os Restos a Pagar, o saldo líquido dessas duas pendências, em 30 de abril do último ano de mandato, constitui valor superior, ou inferior, à posição líquida encontrada no último dia do exercício (*Restos a Pagar menos haveres financeiros em 31/12*). Nessa comparação de débitos, o crescimento líquido indica afronta ao art. 42 e, daí, remessa à tipificação penal.

Em suma, déficits orçamentários dos três primeiros anos de gestão podem ensejar parecer desfavorável do órgão do controle externo; contrariam, de pronto, intuito basilar do regime de responsabilidade fiscal e, via de consequência, a programação financeira e o hoje obrigatório instituto da limitação de empenho (LRF, arts. 8º e 9º). Já, o déficit dos oito últimos meses, além da negativa decisão dos Tribunais de Contas, também acarreta remessa dos autos ao Ministério Público vez que caracterizada transgressão àquele dispositivo penal.

Se, por outro lado, houver solvência do passivo financeiro anterior à LRF e, nos últimos oito meses, não ocorrer crescimento líquido de Restos a Pagar e, ainda assim, subsistir falta de caixa para tal resíduo passivo, verificada tal hipótese, é porque após aquela lei, em algum período, houve um não solvido déficit da execução orçamentária.

No intuito de atender à regra insculpida no parágrafo único do art. 42, os chefes de Poder, no último ano de mandato, devem analisar, com redobrada cautela, o balancete patrimonial de abril; nele verificando falta de cobertura de caixa para *Empenhos a Pagar* e *Restos a Pagar*, precisarão os dirigentes estatais, entre maio e dezembro, restringir a despesa de cada Poder, realizando, a partir daí, somente as de caráter absolutamente obrigatório, incompressíveis e inadiáveis, tais quais as de folha salarial, encargos patronais, contratos de serviços, entre outras necessárias ao regular funcionamento da máquina estatal e, à eficácia do princípio da continuidade dos serviços públicos.

Tal posição, óbvio, não está a sancionar eventual nível de déficit orçamentário; muito pelo contrário, gestões que ainda carregam saldo descoberto de Restos a Pagar, sobretudo elas, terão maior responsabilidade em produzir, no último ano, superávit de exercício, para, com ele, reduzir o nível da dívida de curto prazo, mormente aquela constituída no próprio intervalo temporal do mandato.

Na aferição da disponibilidade financeira, serão expurgados os recursos que pertencem ao regime próprio de previdência; é o que determina a Portaria n.º 440, de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, vez que tais dinheiros são absolutamente vinculados (*aposentadorias e pensões*) e têm uma constitucional função de, mediante o engrandecimento capitalizado, garantir o equilíbrio atuarial do

sistema (*art. 40, CF*), sendo que este, por outro lado, apresenta baixo estoque de Restos a Pagar.

Naquele cálculo de suporte monetário, serão também abatidos os valores atrelados a depósitos, cauções e débitos de tesouraria, vale dizer, os demais pagamentos extra-orçamentários.

Em síntese e desde que, em 30 de abril, não se observe efetivo lastro para gastos em que já houve adimplemento contratual por parte de terceiros (*empenhos e Restos a Pagar liquidados*), à vista desse hiato financeiro, o ordenador da despesa somente autorizará obras flagrantemente emergenciais (*ex.: contenção de encostas que, não realizada, ocasionará risco à vida dos munícipes; reforma emergencial do pronto-socorro, sem a qual esse equipamento deixaria de operar*), limitando-se, em regra e como já se disse, ao custeio dos serviços já há muito instalados no Município.

Nesse esforço, a Administração Financeira deverá se valer, com rigor, da programação financeira, segundo critérios dispostos na lei de diretrizes orçamentárias.

De seu lado, o artifício usado, à falta, no primeiro ano da LRF: o cancelamento de empenhos liquidados é prática que *maquia* os resultados fiscais, sendo, por isso, expressamente rechaçado pela Portaria STN n.º 440, de 2003: ***“os empenhos de despesas já liquidadas, nos termos da lei, não poderão ser cancelados, salvo se for cancelada também a obrigação correspondente junto ao credor, ou seja, não houver mais a dívida por devolução de materiais***

A Revista do municipalismo paulista

A troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal e ações de sucesso na prestação de serviços aos cidadãos, você encontra na revista *Municípios de São Paulo*. Ela aproxima você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas, público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas, que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Estado de São Paulo.



editora segmento

INFORMAÇÕES

LIGUE: (11) 3879-8216/3879-8200

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

ou outros motivos semelhantes. Este procedimento reflete a real posição do passivo da entidade em observância à LRF, já que fora realizado o segundo estágio da despesa orçamentária que é a liquidação" (gn).

Ao se deparar com essas anulações de despesa, o dirigente recém-empossado deve ordenar a retificação dos registros contábeis, neles reincluindo os gastos cancelados. Feito isso, os balanços refletirão, o mais fiel possível, a realidade contábil do exercício findo. Factível tal solução, visto que os demonstrativos financeiros começam a ser elaborados quando o novo gestor político passa a exercer suas funções administrativas (1.º de janeiro).

À guisa de ilustração, vale dizer: aquela Portaria STN visa a padronizar o relatório de gestão fiscal (LRF, arts. 54 e 55), lide que todo ano se renova, enquanto não constituído, mediante lei, o Conselho de Gestão Fiscal (LRF, art. 67). Em suas últimas edições, tais modelos vêm presumindo que Restos a Pagar liquidados, todos eles, já disponham normalmente de amparo monetário. Nesse rumo, essas portarias laboram, fundamentalmente, com um presumível saldo positivo entre tais débitos e o saldo monetário, o que asseguraria, até o limite da sobreinscrição de outro tipo de Restos a Pagar, os não liquidados. Após esse confronto, os remanescentes **empenhos não liquidados** seriam, todos eles, cancelados. Em linhas gerais, eis aqui o intento do vetado art. 41 da Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal. Entretanto, importante enfatizar: tal intelecção da secretaria do Tesouro Nacional, tal qual o dispositivo vetado, autoriza, única e tão-somente, o cancelamento de **empenhos não liquidados**; em hipótese alguma, os **de índole liquidada** (art. 62 da Lei nº 4.320).

Defendida pelo Prof. Heraldo da Costa Reis, respeitável corrente doutrinária, entende que a despesa pública somente se aperfeiçoa quando de sua regular liquidação; o estágio anterior, o do empenho, constitui-se tal qual mera reserva orçamentária, consignada, apenas, no sistema compensado do Balanço

Despesa pública se aperfeiçoa quando de sua liquidação

Patrimonial. Dito de outra maneira, o exposto reconhecimento da despesa, no passivo financeiro da entidade, verifica-se após o regular processo de liquidação da despesa, ou seja, depois que o contratado entregou os bens, serviços ou obras previstos na nota de empenho, estando a despesa pronta a reduzir a disponibilidade de caixa da entidade governamental.

Com efeito, assim sustenta aquele renomado especialista:

"Em princípio, o simples ato de empenhar não significa que se está realizando uma despesa, assumindo

uma obrigação de pagamento ou uma obrigação financeira para a entidade governamental. É apenas um ato inicial e formal para a iniciação e concretização do objeto contratado ou conveniado.

Assim, o empenho, como simples provisão orçamentária, se vincula ao contrato, ao convênio ou à lei para dar início à realização da despesa e, neste caso, deve ser registrado nas **contas de compensação** por não produzir, de início, efeito de caráter financeiro no **Patrimônio Financeiro (Ativo e Passivo Financeiro)** e no **Fluxo de Caixa**, e mesmo até no subsistema patrimonial, onde se registram os fatos de caráter econômico resultantes ou não da execução do orçamento.

A obrigação financeira de pagamento, com reflexos portanto no Patrimônio Financeiro, somente é reconhecida após a regular liquidação, quando se ratifica a **certeza de liquidez do credor**" (in: "Contabilidade e Gestão Governamental – Estudos Especiais – IBAM, Rio de Janeiro, 2004; grifos dos originais).

Bibliografia:

3ª. edição do livro "Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada Artigo por Artigo". Ed. NDJ. (a ser lançada em janeiro de 2005). A Lei 4.320 no Contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal (a ser lançado em abril de 2005).

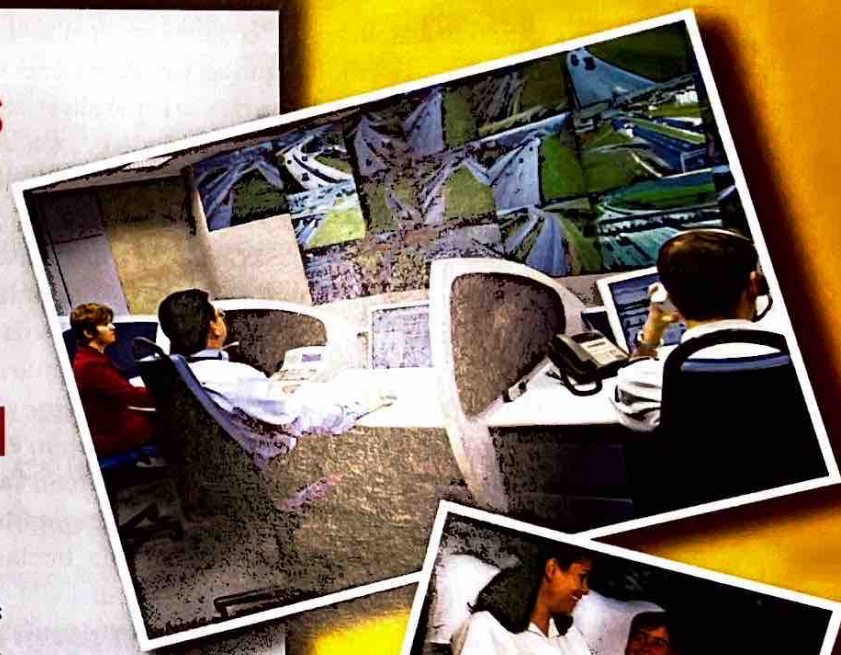
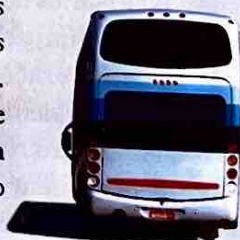
SÉRGIO CIQUERA ROSSI é Secretário-Diretor-Geral e Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e FLÁVIO TOLEDO JR. é Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DE **SP** REOCUPAÇÃO

RODOVIAS MAIS SEGURAS E CONSERVADAS.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo garante a todo cidadão o direito de ir e vir com total segurança.

A paisagem em nossas estradas mudou. Saíram os buracos, a sinalização precária e a insegurança. No lugar, entrou uma moderna malha rodoviária com serviços de ajuda aos usuários, guinchos, ambulâncias e telefones de emergência. Para garantir a expansão e o bom funcionamento de toda essa infra-estrutura, além da manutenção, conservação e ampliação das rodovias, o Governo conta com a Artesp – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, também responsável pelo controle do transporte intermunicipal de passageiros. Os investimentos realizados nos 3,5 mil km de rodovias administradas pelas 12 concessionárias já somam R\$ 10 bilhões. E tudo isso, aliado à melhoria da qualidade do serviço dos ônibus intermunicipais, vem demonstrar o respeito do Governo do Estado pelos seus cidadãos.



ARTESP
AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHO E RESPEITO FAZEM A DIFERENÇA



Falta de verbas impede realização de pesquisas

Falta de recursos impedirá a realização da contagem populacional em 2005 e do censo agropecuário em 2006

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não irá realizar em 2005, por falta de recursos, a contagem populacional e o censo agropecuário. A contagem populacional é um tipo de censo em que os domicílios são pesquisados, mas não são incluídos detalhes sobre as condições socioeconômicas da população. Para a execução de ambos o Instituto necessitaria de uma verba de R\$ 840 milhões: R\$ 60 milhões em 2005, R\$ 480 milhões em 2006, R\$ 290 milhões em 2007 e R\$ 10 milhões em 2010.

Tais recursos teriam como meta na Contagem Populacional, recensear todos os moradores nos domicílios

do território nacional, investigando algumas características sociodemográficas como idade, sexo, nível de instrução, cor/raça, acesso a programas sociais, qualidade de moradias etc.


Já o Censo Agropecuário investiga as formas de organização e de produção de todos os estabelecimentos agropecuários com informações sobre estrutura fundiária, tecnologia, emprego no campo, produção familiar, agronegócio, meio ambiente e recursos naturais, bacias hidrográficas entre outras.

Segundo o presidente do Instituto, Eduardo Pereira Nunes, as dificuldades dizem respeito à não liberação de recursos orçamentários para a realização dos trabalhos preparatórios de campo, que deveriam ter sido neste ano. "Também não foram incluídos na programação orçamentária/2005 os recursos para a realização dos trabalhos preparatórios de campo. Sem eles, estamos impedidos de realizar as duas operações", lamenta-se Nunes complementando "vamos trabalhar para realizar o Censo Agropecuário em 2007.

Para isso, será preciso incluir, no orçamento/2006, os recursos para os trabalhos preparatórios e, no

orçamento/2007, os recursos para os trabalhos censitários".

A não realização da contagem populacional em 2005 pode acarretar um decréscimo no repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), já que não haverá uma atualização das estimativas anuais de população, mas segundo Nunes "o impacto que o fato poderia provocar, seria mínimo, já que os municípios com mais de 156 mil habitantes têm uma cota já delimitada pela metodologia de repasse aplicada pelo TCU" [Tribunal de Contas da União].

Esta atualização permite incorporar mudanças verificadas na evolução demográfica. A contagem populacional no meio década assegura a precisão das alternativas de movimentos migratórios. Sem ela, as estimativas populacionais poderão ficar defasadas. "Com a Contagem Populacional, seria possível atualizar as estimativas municipais de população, garantindo informações mais recentes sobre a distribuição da população. Porém, só podemos afirmar algo em relação à defasagem, e a sua real repercussão quando realizarmos o novo Censo Demográfico, que está previsto para 2010", assegura Nunes. 



Divulgação/Assessoria de imprensa/IBGE

Segundo Nunes, verbas não foram incluídas na programação orçamentária

Fim da taxaço dos inativos nos municípijs

Municípijs cobravam contribuio de todos seus funcionárijos inativos. Com reforma, só de alguns. Agora, de mais nenhum

A recente decisáo do STF (Supremo Tribunal Federal), de só permitir a cobranço de contribuio previdenciária de parcelas de proventos e pensões que excederem R\$ 2.508,72 (dois mil, quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos), equivalente ao fim da taxaço dos inativos na maioria dos 2.140 municípijs que hoje têm regime próprio de previdência.

O próprio relator da Reforma da Previdência na Câmara declarou que 95% dos inativos, nesses 140 municípijs estarão obrigados a contribuir para os regimes de previdência dos municípijs, porque percebem benefícios inferiores ao teto do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

Segundo noticiou a mídia nacional, o governo federal fez acordo com ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) antes da decisáo da mais alta Corte de Justiça do País; acordo que interessava à União – que paga muitos benefícios acima do teto do INSS –, mas prejudicou os estados e golpeou mortalmente os municípijs.

O prejuízo para os municípijs é inegável, porque a decisáo do STF impede, na prática, a exigência de contribuio previdenciária de seus inativos. Na quase totalidade dos municípijs, servidor que

percebe mais de R\$ 2.508,72 é aquele ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão e, portanto, contribuinte obrigatório para o INSS.

Muitos municípijs já cobravam a contribuio de todos os seus inativos, com a reforma só puderam cobrar de uns poucos, e agora, com a decisáo do STF, de nenhum.

A situação criada é fruto de trapalhadas administrativas

quando a grande bandeira dos regimes próprios sempre foi a cobranço dos inativos.

A inobservância do princípio da isonomia deu o argumento para elevar o teto para a cobranço da contribuio dos inativos. Entretanto, cobrando-se a contribuio dos servidores ativos e impedindo-se a mesma cobranço dos inativos, não se está negando esse mesmo princípio? E, pior que isso, fazendo-se distinção entre os inativos também não se está ferindo esse mesmo princípio?

Se a justificativa para o tratamento desigual se assenta na questão social, desonerando-se os inativos pobres com os mais baixos benefícios, então por que se permite cobrar a contribuio de um servidor ativo que percebe salário mínimo e não se permite cobrar contribuio de inativo que perceba R\$ 2.500,00?

Na prática, o inativo acaba recebendo um provento líquido maior (sem desconto) que o vencimento líquido do servidor ativo (com desconto), contrariando-se, em tese, o parágrafo segundo do artigo 40 da Constituição Federal.

Toda esta situação é fruto de trapalhadas legislativas. Que reforma é essa que não resolveu os grandes problemas da previdência social?



Fernando Stein é especialista em Previdência Privada e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da Associação Paulista de Municípijs.

Cultura premia prefeitos Amigos da Leitura

Treze prefeitos municipais do Estado receberam no último dia 12 de agosto, o primeiro troféu Prefeito Amigo da Leitura. A entrega foi feita pela secretária de Estado da Cultura, Claudia Costin. Os escolhidos se destacaram em iniciativas ligadas ao incentivo à leitura por prazer. Três foram incluídos como menção honrosa. Promovido em parceria com a empresa de telefonia Portugal Telecom Brasil, o prêmio contempla cada prefeito com um computador, scanner e impressora.

A escolha dos vencedores foi definida por uma comissão da própria secretaria composta de funcionários e editores convidados. Dos 645 municípios paulistanos, 78 participaram do concurso.

O número superou as expectativas. Os concorrentes foram divididos em três categorias, de acordo com o número de habitantes: abaixo de dez mil (cinco prêmios), entre dez mil e 50 mil (quatro prêmios) e acima de 50 mil (um prêmio).

No primeiro grupo, os ganhadores são: Roberto Junqueira de Andrade Filho, de Santo Antonio de Aracanguá, com o projeto "A caminho da leitura e Dominó da leitura"; Odair Visintin Rossafa Garcia, de Rubinéia com "A caixa de pandora"; Agliberto Gonçalves, de Buritizal, pelo "Projeto de incentivo a leitura"; Airton Luiz Montanher, com "Ler e crescer", de Ribeirão Corrente; e Odécio Rodrigues da Silva, Lourdes, com "Hora da história". João Mendes de Souza, de Cunha,

levou a menção honrosa pela idéia de "Correspondência plantas medicinais".

Nas localidades entre dez e 50 mil, aparecem: Salvador Mustafá Campos, de Pacaembu, com "Pacaembu uma cidade de leitores"; José Luiz Franzotti, de Potirendaba, por "Potirendaba inserida em uma rede de informação e cultura"; José da Costa, de Fartura, com "Fartura uma cidade de leitores"; e José Alcides Faneco, de Garça, pelo "Livro-livre". Eloi Alfredo Pietá, de Guarulhos, com "Organização do

sistema municipal de bibliotecas e Ações de incentivo à leitura", ficou com o troféu na categoria acima de 50 mil habitantes. José Machado, de Piracicaba, e Marcio Luiz França Gomes, de São Vicente, receberam menção honrosa. O primeiro, por dois projetos: "Biblioteca volante nos bairros: nestas férias viaje através dos livros e Colorindo o ECA"; e "Era uma vez... na Rádio Alvorada"; "Leitura no Parque"; Ler educa. O outro, pelo Programa Municipal de Incentivo à Leitura.

São Lourenço realiza a 15ª feira da Saúde

No último dia 07 de agosto, foi realizada a 15ª Feira da Saúde de São Lourenço da Serra, que atendeu aproximadamente 500 pessoas. Foram empreendidas várias ações e realizados cerca de 200 testes para detecção de diabetes e colesterol, e também aferição de pressão arterial.

Uma equipe Odontológica coordenou atividades pedagógicas, palestras educativas, pinturas e também tatuagem de cabelo. Enquanto as crianças coloriam os desenhos oferecidos pela equipe, ouviam atentamente suas orientações. Elas também receberam brindes educativos como: imã de dentinho, livretos sobre saúde bucal e dieta alimentar e bexigas.



Equipe de apoio durante a 15ª Feira da Saúde

Foram emitidos gratuitamente documentos e fotos, e oferecidos pratos alternativos com: farelo, soja e produtos típicos da região, e servidas cerca de 400 porções de pães de farelo, abóbora, batata-doce, cará com patê de banana verde, e farofas, preparados por profissionais do Programa Saúde da Família. Os projetos Saber, Ateliê Fazendo e Acontecendo e Cozinhas/Padarias Comunitárias da Fazenda Vitória e Itatuba, expuseram seus trabalhos que também foram comercializados.

SOLUÇÕES PARA QUALIDADE NO ENSINO

*A importância da atuação
do Instituto Sangari para
a melhoria da qualidade
de ensino no setor público*

Quando, neste final de ano, discute-se a nova gestão dos municípios e as formas de se obterem resultados positivos e eficazes em quatro anos de administração, os olhares se voltam para a educação. Este é um dos setores que mais preocupam pela necessidade de aliar a busca pela qualidade às adaptações exigidas por uma sociedade em constante transformação.

O Instituto Sangari, fundado em 2003, vem com a missão de promover educação básica com qualidade e inclusão social por meio do desenvolvimento e do fortalecimento das estruturas educacionais existentes. Para realizar esta missão, objetivando o progresso da educação brasileira e a disseminação da importância do ensino de Ciência e Tecnologia, esta organização atua em diversas áreas: na educação formal, educação profissionalizante, educação não-formal e a articulação interinstitucional.

Em seu curto período de existência desde a fundação, o Instituto já atuou destacadamente junto ao setor públi-

co, auxiliando a gerenciar a busca e a efetivação da qualidade no ensino.

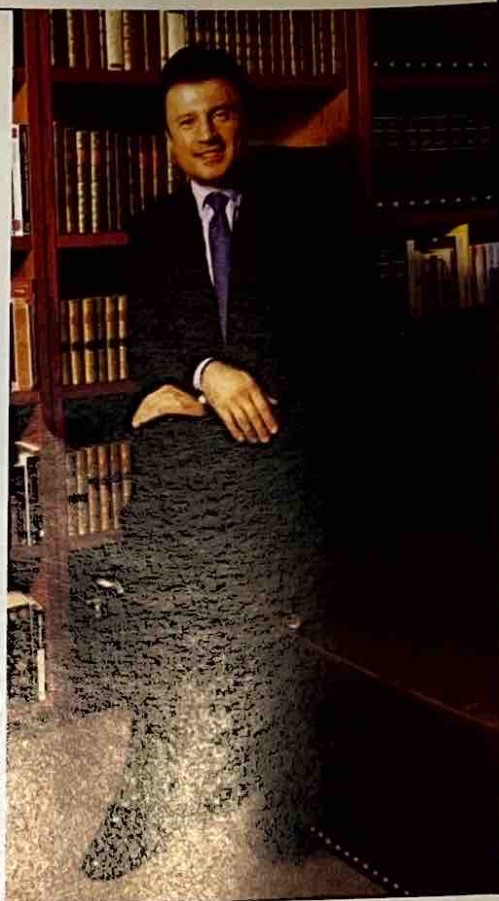
O Plano de Desenvolvimento Educacional em Ciência e Tecnologia para Municípios, desenvolvido pelo Instituto Sangari é um de seus trabalhos pioneiros na área educacional pública visando apoiar e coordenar a implementação de uma proposta pedagógica, que supra as necessidades e os anseios dessa área. O Instituto Sangari propõe não apenas "mais um" programa educacional e sim uma intervenção planejada e articulada com as demais ações de uma secretaria.

Alguns princípios que orientam a proposta do plano: a) o fortalecimento dos sistemas de ensino, garantindo a formação de quadros das secretarias de educação para que o programa possa ser incorporado e desenvolvido com autonomia e continuidade; b) a viabilização de um projeto personalizado e adequado a cada município — a partir de um diagnóstico local; c)

o incentivo ao trabalho coletivo nas escolas com a criação de mecanismos de apoio pedagógico; d) a formação de professores com o foco na sua atuação em sala de aula.

Dessa forma, o plano de metas e ações para cada município em particular é definido apenas após estudo e diagnóstico educacional específico e individualizado.

O Instituto preocupa-se também em subsidiar o plano por meio da formatação de materiais didáticos adequados, que incluem livros para professores e alunos, sistema de avaliação do aluno e da proposta pedagógica implementada. Os projetos são pautados pelas orientações da Unesco, que tem incentivado ações planejadas e que possam contribuir para a aprendizagem de Ciência e Tecnologia nos sistemas públicos de ensino.



Escola realiza plantio de árvores em Carapicuíba

No último dia 27 de outubro, técnicos do Projeto "Sementes de Hoje, Sombras do Amanhã", da secretaria de Meio Ambiente e Limpeza Pública de Carapicuíba, estiveram na Escola Professor Miguel Costa Junior para coordenar o plantio de árvores nativas no local. Dezenas de alunos de 1ª a 4ª séries do ensino funda-



Jovens tornam-se agentes multiplicadores

mental acompanharam o plantio de mudas de árvores nativas. As crianças aprenderam, entre outras coisas, todos os procedimentos necessários para o plantio e a manutenção de uma árvore. Em etapas futuras, os alunos acompanharão o plantio de árvores frutíferas, de ervas medicinais e de hortas.

Além do plantio de árvores, o projeto

"Sementes" já cumpriu outras etapas, como a realização do I Fórum em Defesa do Meio Ambiente, a capacitação de agentes multiplicadores, ações voltadas para a geração de renda familiar, a promoção de concursos, a realização de palestras voltadas à educação ambiental. O Projeto é financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos em parceria com a Cetesb, Sabesp, Fundação Orsa, Instituto Ecoar para a Cidadania, Obra Kolping do Brasil, Dersa e diversas secretarias municipais.

"Lei Gouvêa" será votada pela Câmara de Campos

A Câmara Municipal de Campos do Jordão já está analisando a primeira lei de incentivo à Cultura da cidade. Batizada de "Lei Gouvêa" – numa alusão à Lei Rouanet, de âmbito federal, e à Lei Mendonça, de âmbito estadual – por ter sido proposta pelo secretário de Turismo e Cultura da cidade, Carlos Gouvêa, a lei prevê a renúncia fiscal de receitas próprias do município como ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) a favor de pessoas físicas e jurídicas que investirem em Cultura em Campos do Jordão. A lei alcança apenas pessoas e empresas que recolhem estes impostos no município.

Segundo Gouvêa, na prática, artistas individuais ou em grupos poderão obter o benefício da lei desde

que seu projeto seja aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura. A Prefeitura vai emitir Certificados de Enquadramento e quem apoiar financeiramente os projetos aprovados vai poder abater 70% do valor investido no pagamento dos impostos municipais. O projeto de lei prevê que a Câmara anualmente fixe o valor a ser destinado para aplicação na Cultura que poderá variar entre 2% e 5% do montante das receitas previstas com os dois impostos. Em 2005 o município pretende arrecadar cerca de R\$ 14 milhões com esses impostos. Isso significa que a Cultura poderá ter um incentivo de até R\$ 700 mil no ano. "Esta é a primeira lei de incentivo prático à Cultura na cidade. Espero que a Câmara

tenha a sensibilidade necessária para apoiar nossa iniciativa que também vai beneficiar diretamente a Educação e o Turismo no município", afirmou Gouvêa.

O projeto assinado pelo prefeito Lélcio Gomes está sendo analisado pelas Comissões da Câmara e deve ir a plenário ainda neste ano.

Cultura receberá incentivos em Campos

Divulgação / Pref. Municipal de Campos do Jordão



Projeto em Ilhabela preserva mananciais

A prefeitura de Ilhabela, no início de 2003 apresentou ao CBH-LN (Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte) um projeto de intervenção para a comunidade do Bairro do Bonete, como resultado do Curso de Elaboração de Projetos com Ênfase em Recursos Hídricos oferecido, e parte subsidiado pelo CBH-LN.

O propósito do curso era capacitar e proporcionar conhecimentos aos diversos agentes políticos integrantes do Comitê, sobre a Política de Recursos Hídricos e suas interfaces com as demais políticas ambientais, bem como a metodologia para elaboração de projetos com ênfase em recursos hídricos no formato sugerido pelo Manual de Procedimentos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), visando assim melhorar a qualidade dos projetos apresentados anualmente no pleito a financiamento junto ao Fundo e apresentar outras fontes de financiamento, cooperação técnica e financeira.

O "Projeto Bonete" visa a preservação de mananciais e tem por objetivo geral promover a qualidade de vida da comunidade e a qualidade ambiental, por meio de uma gestão integrada e formação do produto ecoturístico Bonete. Como objetivos específicos possui programas de saneamento, educação ambiental e



Projeto preservará mananciais no litoral norte

sanitária, capacitação em turismo de hospitalidade, capacitação em informática, treinamento para manutenção dos equipamentos urbanos e formação de produtos ecoturísticos, fortalecimento da Associação de Bairro do Bonete, de inserção no mercado de prestação de serviços e fomento ao pequeno empreendedor caieira.

O projeto foi dividido em duas fases para a viabilidade financeira e de execução das propostas, foi apresentado em dois pleitos, no ano de 2003 e 2004, conseguindo os dois financiamentos e dentro do processo de hierarquização do Comitê obteve no ranking a primeira colocação, sendo que a primeira fase já se encontra em execução.

Logo no início da implantação do projeto, por conta da formação do grupo gestor na comunidade, verificou-se a vontade dos moradores em apoiar o projeto, o aparecimento dos diversos interesses pelo uso da terra, fazendo o morador se envolver na contenção do crescimento do bairro e garantia do sucesso do Projeto.

Agente Jovem discute saúde e emprego

Cerca de 750 jovens, de 15 a 17 anos, dos municípios do litoral paulista de São Vicente, Santos, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá e Peruíbe participaram no último dia 27 de outubro de encontro do Projeto Agente Jovem. No Encontro foram discutidos temas como Protagonismo Juvenil, Primeiro Emprego, Saúde/Prevenção, Cultura, abordados por especialistas, especialmente convidados para o evento. Tais temas são, na atualidade, as principais preocupações dos adolescentes. Na ocasião, também foram realizadas oficinas de dança, teatro e reciclagem. O Projeto Agente Jovem, do governo federal, é executado em parceria com os municípios. Em São Vicente, é promovido pela secretaria municipal da Cidadania e Ação Social em parceria com entidades como a Adesaf (Associação em Defesa da Saúde e da Família). Por meio do projeto, jovens carentes da comunidade são capacitados para a execução de programas ambientais, culturais e educacionais e recebem auxílio-bolsa de R\$ 65,00 por mês, para atuarem duas horas diariamente nos projetos comunitários implantados. O trabalho é desenvolvido no município de São Vicente desde 2001.

CAIXA Produtos, serviços tão diversos os municípios



Só na CAIXA você encontra a linha mais completa de

A CAIXA é o único banco presente no Brasil inteiro. Mas tão importante quanto estar em todos os municípios do País é oferecer produtos, serviços e programas modernos que atendam às necessidades

de cada local. Marque uma visita com um de nossos gerentes e comprove como a CAIXA tem a linha mais completa de soluções para os governos estaduais e municipais.

CAIXA.

produtos e programas
para os governos municipais
de todos os estados e municípios
do Brasil.



produtos, serviços e programas para os governos municipais.

**CAIXA. Tudo que seu município
precisa para crescer.**

Atendimento para estados e municípios CAIXA:

0800 573 0104

www.caixa.gov.br

CAIXA

Para você. Para todos os brasileiros.



mpm

**Tem um câncer morando nele.
Agora é ele que precisa arranjar onde
morar enquanto faz o tratamento.**

A Casa Hope recebeu um terreno do Governo do Estado de São Paulo para construir o maior centro de apoio ao tratamento do câncer infantil do Brasil e que vai beneficiar milhares de crianças todos os anos. Agora, a gente precisa construir a casa o mais rápido possível, pois o câncer não espera. Nessa nova casa as crianças vão ter toda a assistência profissional de que necessitam, a companhia de um parente durante todo o período de tratamento, enfim, vão ter um lar. E a gente sabe como isso é importante. Se você tem amor morando dentro do seu coração, não deixe trancado.

Para doar ligue: (11) 5083 10 39 ou acesse www.hope.org.br



Museu do Instituto Biológico inaugurado na Capital

No último dia 08, foi inaugurado na Capital, o Museu do Instituto Biológico, instalado em um casarão da década de 1940. Como residência dos antigos diretores o Museu passou por restauração e adaptação e deverá ficar aberto de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas com visitas agendadas e monitoradas. Vinculado à secretaria de Agricultura e Abastecimento, o espaço reúne de forma lúdica e didática, coleção de doenças da agricultura e pecuária, com exposições curiosas. Durante o evento, foi assinada a autorização

para a restauração do prédio sede do Instituto Biológico, ao lado do Museu.

Segundo o governador Geraldo Alckmin "o Museu é um local que nasceu em 1924, quando a economia paulista foi sacudida pela doença do café. Daí nasceram os primeiros estudos que foram a semente para o Instituto". Alckmin destacou ainda que o Museu vai ser um local que irá interagir com a população. "Aqui é o lugar ideal para aprender Biologia, História, Citologia, onde professores e população poderão estudar". Ele comentou ainda sobre a assinatura



Governador e secretários inauguram museu na Capital

de autorização para o trabalho de restauro do prédio do Instituto Biológico. "O prédio é um cartão de visita do bairro da Vila Mariana [bairro da Zona Sul da Capital]. Agora vamos buscar a aprovação da Lei Roaunet e parcerias com a iniciativa privada. Esse foi o primeiro passo", avaliou Alckmin.

Polícia Civil ganha Grupo de Motos

A Polícia Civil passou a contar, desde o último dia 05, com um novo grupo de policiamento preventivo, que atuará para coibir os seqüestros-relâmpago e os crimes patrimoniais, como roubos em semáforos, a pedestres e veículos. O Grupo Especial de Motos

Força-13 (F-13) foi entregue pelo governador Geraldo Alckmin. O novo grupo conta com 40 motocicletas Falcom 400 cilindradas especialmente adaptadas para este tipo de policiamento e com adaptações especiais para o carregamento de armamento,

sendo que dez ficarão como reserva. O investimento total para a implantação do novo grupo que integrará a Divisão de Investigações sobre Crimes Contra o Patrimônio do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), foi de cerca de R\$ 900 mil.



40 motos vão abastecer a Polícia Civil

Fiesp empossa nova diretoria

O presidente eleito da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, assumiu o cargo, no último dia 09 e reuniu o presidente da República, nove ministros, seis governadores e o presidente do Banco Central. Skaf recebeu apoio do governo federal nas eleições da Fiesp e na cerimônia de posse o presidente Lula, acenou com a hipótese de zerar a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para bens de capital já em 2005. A alíquota que era de 3,5% caiu para 2% no pacote de medidas microeconômicas promulgado em agosto. Skaf consolidou a necessidade da união dos setores e de uma posição mais ativa da indústria na economia.

O frango "pego pelo rabo"

POR
CLÁUDIO
MANESCO

Desculpando-me antecipadamente e sabedor de que aos amigos ele tudo perdoa, resolvi pegar carona no *blogger* do Bero-nha para alimentar esta coluna. Quem o conhece sabe do seu humor ferino e cortante – sem sutilezas. No meu caso, não sei se tenho humor: conto apenas e imagino os personagens tais como eles deveriam ser – na minha cabeça, é claro.

Os meus amigos de lá dizem que Jaú e Barra Bonita são integrantes da grande Itapuí. Terra de prefeitos grandes e de grandes prefeitos, como Pancho e aquele que o inspirou. Poucos sabem, porém, que haviam pedras, ou melhor, frangos no seu caminho de ascensão ao poder municipal.

Como todo candidato que se preza, não poderia recusar um jantar na casa de Maria do Lípio. Maria, cabo eleitoral exigente, se gostasse do cidadão poderia render uns bons votos. Talvez decisivos para uma eleição apertada, na qual a oposição lutava mais uma vez para



não ver frustrada sua tentativa de recuperar o poder.

Gordo, despojado – e, como todo gordo, dono de um olfato privilegiado – Pancho começou a suar frio tão logo adentrou à casa da mulher do seu Alípio. Não havia dúvida: o menu principal era frango. E Pancho odiava frango, tanto quanto amava carnes vermelhas no ponto “boi berrando”.

O olhar cúmplice lançado aos amigos Mirde e Juninho delatava um pedido velado de socorro.

— Não se preocupe. Tá tudo em cima. Basta você escorregar “as coxa e os peito” no meu prato e no prato do Juninho. Daí você se esbaldar de comer risoto e salada.

— Vou ficar devendo mais essa...

Não são poucas as vezes em que a prática deixa a teoria a falar sozinha. E não foi diferente desta vez. Coxas escorregadas no prato alheio, salada bem temperada. Tudo parecia perfeito, mas o risoto... Ah... maldito risoto. Risoto de frango desfiado com presunto. Pobre Pancho! E como o céu nunca é perto, a situação haveria de se agravar ainda mais com a intervenção de Dona Maria do Lípio.

— Vê-se que o senhor adorou o frango, seu Pancho. Já comeu tudinho.

Isso é que é candidato a prefeito. Vem em casa de pobre, come sem cerimônia e demonstra satisfação no rosto. O meu voto já é seu. E não só o meu, mas o da minha família e de quem eu puder conseguir. Solta mais frango pro seu Pancho!!!

Daí já era demais. Nem o sonho de ser prefeito valeria tanto sacrifício. Desesperado e à busca de alívio, Pancho confessou seu pequeno pecado. Dona Maria rendeu-se à sua sinceridade e parece que a cidade também.

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A ideia é que por aqui desfilem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

DENGUE? AQUI NÃO.



**FALE COM A SUA COMUNIDADE. PARA EVITAR A DENGUE,
CADA UM TEM QUE FAZER A SUA PARTE.**

A dengue é uma doença infecciosa muito séria, causada por vírus e transmitida pela picada da fêmea do mosquito "Aedes aegypti". O mosquito se reproduz em locais com água parada. Para evitar a dengue, é preciso acabar com a água parada na sua casa, local de trabalho e vizinhança.

Caixas-d'água, garrafas e galões: tampe bem e lave quando for reutilizar.

Pneus: guarde em lugar fechado ou fure os pneus.

Vasos de plantas: evite vasos com água. Coloque areia grossa até a borda do prato.

Lixo: utilize sacos de lixo e mantenha as lixeiras bem fechadas.

Cobre também a ação da prefeitura no seu município.

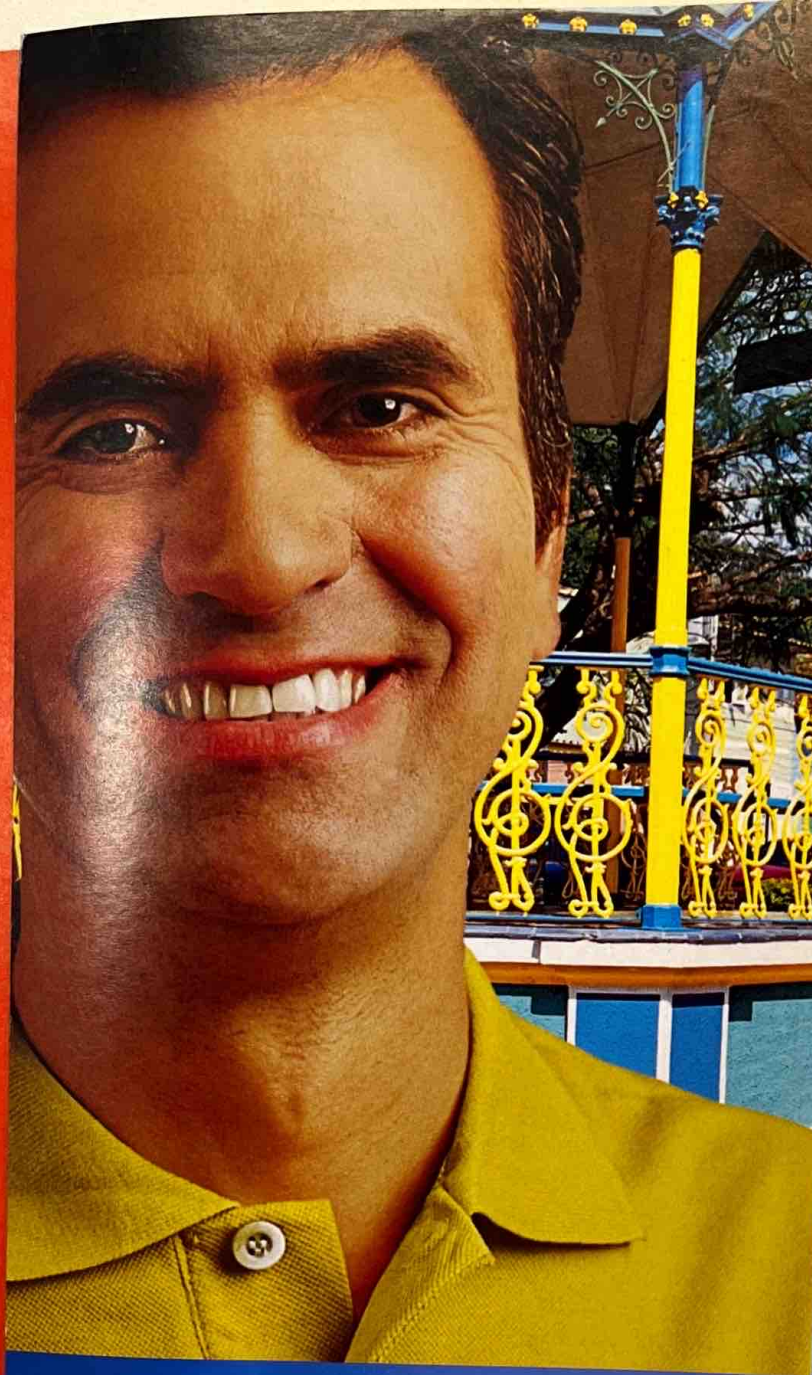


SECRETARIA
DA SAÚDE



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

BB Responde 0800 78 5678
bb.com.br



Soluções exclusivas para o Setor Público. Auto-Atendimento Setor Público, Ourocard Corporativo, Licitações-e, pagamentos a servidores e fornecedores e muitas outras soluções para facilitar e otimizar a gestão dos recursos públicos. É o Banco do Brasil cada vez mais parceiro do País e do seu Município.

Transparência na gestão de recursos públicos.
O seu Município só tem a ganhar.



O tempo
todo com
VOCÊ

